

MANDATO XII
ATA Nº. 24/2021

SESSÃO ORDINÁRIA DE 19 DE MARÇO DE 2021

*Aos dezanove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, nesta cidade de Braga, no grande Auditório do Altice Fórum Braga, pelas vinte e uma horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Braga, sob a Presidência da Senhora Hortense Lopes dos Santos, com a assistência do Senhor João Manuel Tinoco Ribeiro da Silva, como Primeiro Secretário e da Senhora Maria do Pilar Araújo Teixeira, como Segunda Secretária. **MAIORIA LEGAL - A SRª. PRESIDENTE DA MESA** comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença de sessenta e oito membros. **ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:** João Alberto Granja dos Santos Silva, Filomena Maria Beirão Mortágua Sousa Freitas Bordalo, Bento Duarte da Silva, João Filipe Monteiro Marques, João Orlando Travassos Freitas Alcaide, Natacha Sofia Miranda Fontes, Rui Nuno Gonçalves Marques, Maria Manuela de Freitas Marques, José Raúl de Oliveira Rodrigues, Inês Patrícia Ferreira Alves Varajão Borges, Manuel Joaquim da Silva Pinto Barbosa, Ana Margarida Sarmiento Manso da Silva Macieira, João Miguel Ribeiro Lemos de Medeiros, Ana Leonor Pizarro Bravo da Silva Pereira, Gonçalo Nuno Lopes de Castro Pimenta de Castro, Pedro Morais Mesquita Borges de Macedo, Mário Manuel Gonçalves Rodrigues, Fausto Alves Farinha, Paula Julieta Ramada Ferreira Caramelo, Pedro Miguel Pereira de Sousa, João António de Matos Nogueira, Cláudia*

Patrícia Serapicos Alves, José Eduardo Gouveia da Silva Pinheiro, José Miguel Ferreira da Silva, Catarina Lourenço Ribeiro, Emiliano Renato Araújo Novera, Marta Filipa Azevedo Ferreira, Pedro Filipe Magalhães Roriz, Pedro Miguel Rodrigues Simões Casinhas, João Jorge Ferreira Baptista, Marcos Manuel da Silva Couto Oliveira, Rita Costa Pinto de Barros, António Meireles de Magalhães Lima, Maria Alexandra Nogueira Vieira, Pedro Manuel Palha Pinto, Manuel Jorge Miranda Pereira, Maria Ester da Silva Taveira, Ricardo Jorge Pereira da Silva, José Manuel Ferreira Gomes, Manuel Gomes de Oliveira, José João Pereira Correia, Fernando Alberto Oliveira Costa e Silva, Filipe Vaz Alves, João da Silva Oliveira, Manuel António Veiga de Carvalho, João Manuel Faria da Costa, Marco Paulo Ferreira de Oliveira, João Paulo de Carvalho Vieira, Augusto Vieira de Carvalho, Sérgio Filipe de Sá Antunes de Oliveira, António Rolando Pimenta e Silva, Adélia de Jesus Gonçalves da Silva, António Ribeiro da Costa, Manuel de Azevedo Martins, Fernando José Ferreira Peixoto, João Lamego Moreira, César Manuel Faria Gomes, Francisco Manuel Pereira da Silva, José Fernando Ferreira Vilaça, Mário José Reis Vieira, João Carlos Fernandes da Rocha, Maria Elizabete Marques da Silva, Manuel Pereira de Faria, Dinis Filipe Gomes de Sá e Paulo Manuel Vilaça Ferreira.

SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE MANDATO: *A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, deliberou aceitar a suspensão de mandato dos seguintes membros: Hugo Alexandre Lopes Soares, Maria Ester da Silva Taveira, Serafim Figueiral Rebelo, Américo dos Santos Afonso, Maria Angelina Pinto Rodrigues, Paulo Alexandre Lopes de Carvalho Viana, Tânia Correia da Cruz, Fernando Manuel Martins Viana, João Diogo Fernandes Ferreira, Augusto Alexandre da Cunha Dias, Maria José Fernandes Teixeira, Domingos da Silva Abreu, Jorge Daniel Paredes Abreu, Ricardo Machado de Azevedo, Carlos André da Silva Alves de*

Sá, Fernando Manuel Gonçalves Sá Menezes, Carla Maria da Costa e Cruz, Bárbara Seco de Barros e Paula Maria de Azevedo da Cunha. **FALTARAM OS SEGUINTE MEMBROS:** Rafaela Araújo Couto Seara, António Joaquim Tavares Fidalgo, José Manuel Ribeiro Afonso, Manuel Jorge Costa Pires, Israel Clímaco Martins Barbosa Araújo Pinto. **JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:** A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, deliberou aceitar as justificações de falta de Carmino João Costa Soares e Maria José Fernandes Borges. Passou-se ao **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.** Neste período registou-se a intervenção da Sr.^a. **FRANCISCA VIEIRA MONTEIRO SANTOS COSTA**, para dizer que iria falar de algumas preocupações dos jovens da sua idade, que na realidade pouco se interessavam por política, mas que achavam que havia coisas para mudar na cidade de Braga. Isso partiu duma publicação que fez na sua rede social relativamente a Braga ser considerada o melhor destino europeu, e dava os parabéns à nossa cidade, estavam todos felizes com esse tipo de prémios e reconhecimentos que iam acontecendo, mas achava que ficavam sempre com o sentimento de que a nossa cidade ficava aquém da expectativa, podendo sempre ir mais além. Essas expectativas focavam-se, pelo menos na perspectiva das pessoas da sua idade, vinte e três anos, em diferentes questões, nomeadamente a mobilidade urbana, relativamente aos transportes públicos e ao serviço dos transportes públicos. Se pretendesse ir de sua casa à universidade, poderia ir de carro e demoraria cinco minutos ou poderia ir de autocarro e demoraria meia hora e, se calhar, até ter de mudar de autocarro, claramente, não iria escolher essa opção, mesmo que até fosse mais barata, mesmo que fosse mais benéfica para o ambiente. Havia aí uma necessidade de reestruturação das linhas de autocarros da nossa cidade, que fizesse com que fosse mais benéfico para o cidadão, deslocar-se de autocarro em detrimento de se deslocar de carro. Isso

aconteciam, nomeadamente, por faixas de autocarros, como já existia nalgumas partes da cidade, mas que já deveria existir por toda a cidade, a seu ver. Também relativamente à mobilidade urbana, as ciclovias. Por favor, perguntassem às pessoas que andavam de bicicleta, o que era preciso fazer. As ciclovias, a seu ver e de muita gente que já se deslocava de bicicleta como meio de transporte, faltava muita coisa, faltava espaço para duas bicicletas se cruzarem entre si, faltavam ciclovias em certos espaços da cidade para conseguirem chegar a mais sítios.

Dinamização de eventos culturais na nossa cidade. Era preciso chegar a mais pessoas de maneira mais eficaz, melhor comunicação e haver mais eventos. Olhavam, por exemplo, para a cidade do lado, Guimarães, que conseguia chegar muito mais facilmente, a nível de comunicação e a nível de eventos, a mais pessoas, a mais tipo de público e a mais tipo de eventos. Relativamente aos espaços verdes da cidade, continuava a faltar muitos espaços verdes na cidade e isso já era um problema de anos, que agora estavam, efetivamente, a tentar colmatar e via algumas melhorias, mas achava que era preciso mais. Nos espaços verdes, também os preocupava não haver caixotes de lixo. Uma pessoa ia ao Picoto e não encontrava caixotes do lixo, praticamente em lado nenhum e depois encontrava uma série de lixo espalhado por todo esse monte. Queria realçar também as descargas dos resíduos para o Rio Este, que achava terem que ser mais controladas e o Município deveria fazer alguma coisa para haver um melhor controlo disso, porque se quisessem deixar uma melhor cidade para o futuro, nomeadamente agora nas autárquicas, com uma renovação daquilo que seriam as pessoas que iriam estar à frente da cidade, pensassem, por favor, nas gerações futuras, pensassem numa melhoria efetiva da qualidade de vida de todos os cidadãos desta cidade e tentassem que esses prémios todos que receberam fizessem jus àquilo que era e que poderia ser a cidade de Braga. A segunda

intervenção foi protagonizada pelo SR. CARLOS MANUEL RIBEIRO DA SILVA DOBREIRA, para dizer que iria ali levar três assuntos, mas foram feitos alguns apelos, para deixar ali uma referência ao palacete do benemérito Júlio Lima, uma propriedade particular, para que, dentro do enquadramento da Assembleia Municipal, pudesse ser feito algo em relação ao risco que o edifício estava a correr de eventual degradação. Outra situação prendia-se com o legado de Ernesto Korrodi e do filho, Camilo Korrodi, que deixou um legado em várias partes do país e que em Braga estava, de certa forma, praticamente esquecido. Queria deixar ali um apelo ao Senhor Vereador Miguel Bandeira, porque iria receber, na próxima semana, um e-mail, com conhecimento também da Assembleia da República, em que se apelaria para realização de diligências para a criação de um roteiro Ernesto Korrodi. Uma das pessoas das suas relações, era uma jovem premiada a nível nacional, na área da arquitetura, tinha-lhe feito chegar preocupações, achando estranho como Braga não tivesse feito um esforço para reconhecer a sua obra. Inclusive plantas de edifícios do concelho foram salvas pela Câmara Municipal de Leiria, há poucos anos e que estavam no Arquivo Distrital. Desde junho de dois mil e dezanove, no seguimento da prática de plogging, estive em Assembleias Municipais de Amares, Esposende, Terras de Bouro e de Braga, sempre acompanhado pelas beatas de cigarro que eram os resíduos que se recolhiam e lixo. Hoje era o dia da greve climática estudantil e ia ali com as vinte e oito mil cento e cinquenta e três beatas de cigarro, recolhidas em cinquenta e uma sessões, neste concelho e isso levou um tempo de cento e nove horas e onze minutos. Perguntava ao Senhor Vereador Altino Bessa, que ali estava presente e também ao Senhor Deputado Rui Marques, que era o Diretor Geral da Associação Comercial de Braga, que balanço se fazia da campanha “Braga Sem Beatas”. A campanha foi um fracasso, estava num balanço

intermédio, foi um sucesso? Perguntava, também, ao Senhor Vereador qual era o destino das beatas de cigarro colhidas nos cinzeiros das papeleiras da Agere. Eram destinadas a transformação? Em Guimarães já havia algum esforço nesse sentido. No concelho de Braga, constavam dez árvores no Registo Nacional do Arvoredo de Interesse Público (RNAIP) e localizavam-se em Mire de Tibães (três), na União das Freguesias de Nogueiró e de Tenões (duas), na freguesia de São Vítor (quatro) e na União das Freguesias de Maximinos, Sé e Cividade (uma). Segundo pesquisa hoje feita no site do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), colocando o distrito e concelho de Braga e as freguesias deste, surgiam oito registos (um deles respeitava a três árvores). As árvores eram um pinheiro-bravo, dois cedros do Himalaia, um plátano, um sobreiro, um tulipeiro da Virgínia e quatro carvalhos roble ou carvalho-alvarinho. Estes números comprovavam um falhanço da gestão do atual Executivo Municipal, o qual podia mobilizar até a sociedade bracarense para protagonizar propostas de classificação. Em relação ao poeta Sebastião Alba, um vulto da cultura europeia e africana, muito desconhecido da sociedade portuguesa, em particular da bracarense. Nos últimos dias o Município de Braga divulgou uma série de vídeos evocativos do poeta, credíveis, feitos com entusiasmo, empenho, excelência, até, mas o poeta marginalizado até por estudantes e professores universitários na sua época, merecia muito mais. Hoje a TSF até já deu algum destaque. Um apelo que queria deixar à Câmara, era se podia fazer esforços, dentro dos enquadramentos que existiam, para reeditar toda a sua obra. Os preços dos livros não eram para todas as bolsas, dava dois exemplos. “Ventos da Minha Alma”, quinze euros e noventa cêntimos; “Todas as Noites me Despeço”, treze euros; “Uma Pedra ao Lado da Evidência”, oito euros e quarenta e seis cêntimos, “O Ritmo do Presságio”, seis euros e oitenta e sete cêntimos. Podiam ser valores, assim à

*primeira vista, que permitiam a sua aquisição, mas não era bem assim e então queria deixar esse apelo à Câmara para fazer esse esforço. Seguiu-se a terceira e última intervenção, proferida pelo **SR. JOSÉ ALFREDO GOMES RIBEIRO**, referindo que iria falar sobre a sua área da atividade física, desportiva e motora e fazia-lhe aflição ver algumas coisas. Há cerca de doze anos que naquela Assembleia propôs o alargamento e ligação do Parque da Ponte ao Picoto, ao rio Este, Parque de Exposições e Camélias, portanto aprovava a recuperação dos espaços que estavam a fazer nas Camélias. Não compreendia era porque na reparação do Fórum, aparecia a vedação a dividir espaços, quando agora propunham uma articulação entre espaços, enfim, contradições. Quanto à obra, não conheciam o projeto, mas foram apanhados desprevenidos com arruamentos, escadarias com piso irregular e com degraus com arestas afiadas, que pareciam lâminas. Esse material, além de não ser aconselhável para zonas pedonais, devia ser proibido para esse efeito, repetia, devia ser proibido para esse efeito. Mas estava lá. Não só impedia a utilização de pessoas com dificuldades motoras e visuais, idosos, crianças, carrinhos de bebé, bicicletas e até para a marcha em corrida era imprópria. Era um espaço não inclusivo para todos os cidadãos e para quem o usasse, estava a colocar em causa a sua integridade física. Sabiam que o Senhor Vereador responsável pelo pelouro do ambiente tinha feito, ao longo destes anos, o possível e o impossível para salvaguardar as nossas árvores com bom porte. Nesse sentido, colocou escadas com árvores no meio para dificultar a passagem e afirmou que iria ganhar um prémio pela obra. Sabia como se ganham esses prémios, mas, neste caso, talvez fosse para um concurso do prémio guilhotina. Senhor Vereador, já verificou como eram os degraus e as escadas de acesso às igrejas, fontes, estátuas, pelourinhos e até passeios antigos? Todos tinham pisos lisos, com degraus de pedra, sem arestas e as beiras eram*

arredondadas, isso sim, minimizava as consequências das possíveis quedas. Eram sábios. Devia pensar nisso. Naquele mesmo espaço existia um parque infantil, cujo custo foi cerca de meio milhão de euros. Também naquela Assembleia Municipal, há cinco anos, chamou a atenção para a degradação do mesmo. Entretanto, meio milhão de euros voaram. Aparelhos, pisos, vedações desapareceram. Agora queriam recuperar o parque, mas o espaço vai ser dividido, para um parque para cães. Nova invenção. Não cabia ali explicar a importância dos espaços amplos para crianças e jovens, que eram cada vez mais sedentários, com graves consequências para a saúde. O Professor Carlos Neto, que foi seu professor, em Lisboa, especialista no estudo dessa matéria, afirmava que “se verifica cada vez mais famílias a passear os cães do que passear as crianças, que ficam em casa diante de écrans”. Agora, iria acrescentar que em Braga substituíam os espaços de lazer e para necessidades motoras das crianças e jovens, para espaço para cães. Pedia à Senhora Vereadora do desporto e atividades físicas que explicasse ao Senhor Vereador a importância, vantagem e necessidade desses espaços para jovens e exercesse a sua influência para impedir essas aberrações. Os próprios animais precisavam de espaços próprios, alargados, amplos e não miniaturas que ficavam muito bem somente para a fotografia. Para finalizar, os aparelhos fitness naquele espaço, também estavam degradados, como o resto, maltratados e esperava que não fossem substituídos por uns que só deviam ser usados com a vigilância médica ou de fisioterapeutas, como tinha acontecido, ultimamente, em espaços habitacionais e cujos cidadãos e moradores não tinham o mínimo conhecimento como deviam ser usados, colocando também a sua integridade física em causa. “Enfim, como diz o povo, não acertam uma. Espero que corrijam os pisos para não ganharem o prémio guilhotina”. Passou-se, depois, ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO**

DIA, que teve início com a apresentação de um Voto de Pesar, pela SRA. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, HORTENSE LOPES DOS SANTOS, do seguinte teor: “Decorrido mais de um ano sobre o início da pandemia que se abateu sobre o mundo inteiro e que perdurará na memória como um dos capítulos mais negros da história, a Assembleia Municipal de Braga não pode deixar de se associar ao sofrimento insuportável de todos os afetados pela perda de vidas humanas. O país viu-se confrontado com dezasseis mil setecentos e cinquenta quatro óbitos e o nosso concelho com cento e noventa e nove vidas perdidas em circunstâncias traumáticas, despedidas e lutos que não puderam ser feitos. Todos fomos aprendendo e continuamos a aprender a lidar com este novo coronavírus; e os que perderam os seus entes queridos com determinação e coragem redobradas. É, assim, com profunda consternação e tristeza que a Assembleia Municipal de Braga deixa expresso um voto de pesar pelas vítimas mortais da Covid dezanove, dirigindo às famílias e amigos enlutados, sentidas condolências. Perante tamanha tragédia, resta-nos apresentar-lhes a nossa solidariedade e compreensão, associando-nos à sua dor. Propõe-se, pois, que a Assembleia Municipal de Braga, reunida a dezanove de março de dois mil e vinte e um, delibere: Um - Aprovar o presente voto de pesar pelas vítimas de Covid dezanove; Dois - Promover a respetiva divulgação institucional e através dos órgãos de comunicação social”. Posto à votação foi o referido voto de pesar aprovado por unanimidade. A palavra foi dada ao Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA para apresentar outro Voto de Pesar cujo conteúdo revelava: “Faleceu na passada terça-feira, aos sessenta e um anos, Francisco Gomes Alves, último presidente de junta eleito da Freguesia de São Vicente de Penso, agora integrada na União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estêvão e São Vicente). Para os seus camaradas e amigos socialistas, o

*Francisco era o "casmurro" que teimava, sem parar, na defesa intransigente dos interesses da freguesia que o adotou como sua, após algumas décadas de emigrante na Suíça onde trabalhou na área da construção civil. Nascido em São Martinho de Leitões, Francisco Gomes Alves sucedeu a outros grandes autarcas da sua terra, como José Ferreira ou Rosa Faria. Tal como o pai, grande socialista homenageado por António Magalhães, presidente do município de Guimarães, foi um tenaz defensor das casas de São Vicente de Penso, desde dois mil e cinco até dois mil e treze. Começou por baixo, como os homens humildes, como vogal da Junta de Freguesia de São Vicente de Penso, até vencer as eleições intercalares em dois mil e seis. Foi presidente da Junta de São Vicente de Penso até dois mil e treze, ano em que a sua freguesia foi agregada a Escudeiros e Santo Estêvão de Penso. Ao longo da sua atividade autárquica, Francisco Gomes Alves foi o construtor da proximidade entre a Junta de Freguesia e a população, tornando mais fácil e cómoda a comunicação entre elas. Procurou afirmar a identidade do seu povo e da sua freguesia, através da divulgação da história da localidade, património, coletividades e associações, afirmando-se como um dos autarcas que orgulha o Partido Socialista. Ele merece que seja restituída a independência de São Vicente de Penso. Penso significa o alimento do gado naquela enorme veiga agrícola de Braga. Francisco Gomes Alves é, para todos os bracarenses, o alimento de uma democracia saudável e próxima dos seus eleitos. A Assembleia Municipal de Braga apresenta os sentidos pêsames a toda a família deste Homem bom, saudando o contributo que este militante socialista ofereceu à democracia e ao poder local, pela humildade, tolerância e alegria com que serviu o povo de São Vicente de Penso. Posto à votação foi o referido voto de pesar **aprovado por unanimidade**. Seguiu-se à apresentação de um outro **Voto de Pesar**, apresentado pelo Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., **JOÃO MIGUEL***

RIBEIRO LEMOS DE MEDEIROS, que referia: “O GP do CDS da Assembleia Municipal de Braga manifesta consternação pelo falecimento de João Vieira Costeira, ex-membro da bancada da Assembleia Municipal de Braga na década de oitenta. Para o CDS perde o homem, o amigo, o cidadão que deu de si a esta cidade de forma desprendida e altruísta. Só nos podemos sentir honrados pelo trabalho desenvolvido ao longo da sua vida. Deixa um legado baseado na participação ativa e voltada para as problemáticas da população bracarense. Enquanto elemento da bancada da Assembleia Municipal pelo CDS na década de oitenta, pautou-se sempre pela seriedade de pensamento e de discurso. A sua morte deixa um vazio que, certamente, será preenchido pelo legado humanista e social que nos deixa, sendo lembrado como verdadeiro exemplo de cidadania ativa imbuída na sua vincada humildade. Lembraremos o amigo João Vieira Costeira pela sua devoção à causa pública, tendo desenvolvido um trabalho extraordinário enquanto elemento da Assembleia Municipal de Braga. Por estas razões o GP CDS-PP, propõe que esta Assembleia Municipal reunida a dezanove de março de dois mil e vinte e um, aprove um voto de pesar, seguido de um minuto de silêncio em memória deste ilustre bracarense. Posto à votação foi o referido voto de pesar **aprovado por unanimidade**. O Sr. Deputado do B.E., **ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA** apresentou, por seu turno, mais um **Voto de Pesar** que destacava: “António Silva, Cidadão Ativo e Empenhado, Dirigente Sindical e Fundador do Bloco de Esquerda em Braga. António Silva, fundador e militante do Bloco de Esquerda em Braga, faleceu no dia vinte e oito de janeiro do corrente ano. O António Silva, ou "Toni", como era carinhosamente tratado, foi um lutador que empenhou mais de meio século da sua vida ao serviço dos trabalhadores e da causa pública. Foi dirigente da Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços, Presidente da Direção do

*CESMINHO - Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Minho, e trabalhou com o Sindicato dos trabalhadores da Construção Civil de Braga e com o Sindicato dos Trabalhadores do Vestuário e Têxteis do Minho e Trás-os-Montes. O Toni começou a sua militância antifascista e de esquerda antes do vinte e cinco de Abril, na Juventude Operária Católica, sendo posteriormente membro e dirigente da União Democrática Popular em Braga, até ao aparecimento do Bloco de Esquerda, do qual foi fundador e militante. Com a morte do Toni ficaram mais desamparados os trabalhadores que a ele recorriam, e cujos problemas e dificuldades ele assumia sempre como seus. A Assembleia Municipal de Braga, reunida a dezanove de março de dois mil e vinte e um, aprova um voto de pesar pela morte do Cidadão António Silva. Do presente voto de pesar e condolências deve ser dado conhecimento à família, na pessoa da esposa”. Posto à votação foi o referido voto de pesar **aprovado por unanimidade**. O Sr. Deputado do P.P.M., **PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO** apresentou um outro **Voto de Pesar** do seguinte teor: “Faleceu no passado dia nove de fevereiro do corrente ano o Dr. Eurico Sá Malheiro, vítima da doença do século, o COVID dezanove! Este ilustre Médico, licenciou-se em mil novecentos e cinquenta e quatro, tendo exercido Obstetrícia durante uns longos trinta e oito anos! Exerceu a medicina de forma abnegada, preocupando-se sempre em primeiro lugar no bem-estar dos futuros bebés e das Mães! Não foi, portanto com surpresa que muitas dessas crianças, agora adultas, e muitos Pais lhe ficaram de tal forma grata que sentiram a necessidade de exprimir os seus testemunhos nas redes sociais! Esses testemunhos comprovaram a sua bondade, o seu profissionalismo a sua disponibilidade e também a sua discrição! O Dr. Eurico Sá Malheiro foi sempre solícito com quem o procurava! Era um profundo conhecedor das culturas mundiais e tinha sempre uma história para contar dos*

*Países que conheceu afincadamente! Era também um amante da Cidade de Braga, das suas gentes e das suas agremiações! Assim sendo, o PPM propõe que esta Assembleia Municipal reunida dia dezanove de março de dois mil e vinte e um aprove um voto de pesar, cumprindo um minuto de silêncio em memória de tal eminente figura e que o transmita à sua Família!”. Posto à votação foi o referido voto de pesar **aprovado por unanimidade**. Depois foi a vez do **Sr. Deputado do P.S.D., BENTO DUARTE DA SILVA**, apresentar outro **Voto de Pesar** que salientava: “Faleceu no passado dia vinte e nove de janeiro, aos oitenta e três anos, o Professor Doutor Cónego José Marques, cidadão que se distinguiu pela sua vasta obra científica na área da história medieval do nosso País, tendo no Norte do País o seu território de eleição de pesquisa, nomeadamente no nosso concelho, na Arquidiocese de Braga e suas regiões do Minho e de Trás-os-Montes. O Professor José Marques nasceu em Roussas, no concelho de Melgaço, mas há muito tempo que tinha optado por ter na nossa cidade o seu lugar da sua eleição para viver, residindo durante muitos anos na freguesia de São Vicente, de tal forma que se sentia um «verdadeiro vicentino». Com efeito, estudou no Seminário da Arquidiocese de Braga, foi ordenado sacerdote na Sé Catedral no ano de mil novecentos e sessenta e um e durante nove anos (entre outubro de mil novecentos e sessenta e um e setembro de mil novecentos e setenta) serviu como prefeito no Seminário Conciliar de São Pedro e São Paulo. Em mil novecentos e oitenta e sete foi nomeado cónego, tendo sido Diretor do Instituto de História e Arte Cristã e do Arquivo Arquidiocesano e Mestre-escola do Cabido Metropolitano e Primacial Bracarense, e, nunca esquecendo a sua missão sacerdotal, teve durante três décadas uma presença assídua na Basílica dos Congregados. Esta faceta sacerdotal do seu percurso de vida foi dedicada inteiramente à sociedade Bracarense. A partir de finais da década de sessenta*

iniciou outro percurso de vida dedicado à vertente académica e à investigação que o levaria a atingir um patamar de excelência na historiografia portuguesa, autor de uma vasta obra sobre a Idade Média que lhe outorgou reconhecimento nacional e internacional. Este percurso iniciou-se em mil novecentos e sessenta e nove na frequência da licenciatura em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, especializando-se depois, em mil novecentos e setenta e seis, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, como bibliotecário-arquivista. Realizou provas de doutoramento na Faculdade de Letras da Universidade do Porto em mil novecentos e oitenta e dois, com tese intitulada ‘A Arquidiocese de Braga no século quinze’, tendo sido Diretor desta Faculdade (entre mil novecentos e oitenta e dois e mil novecentos e oitenta e cinco), fundador do Curso de Especialização em Ciências Documentais, tendo prestado provas de Agregação em mil novecentos e oitenta e nove com a Lição sobre a “Assistência aos peregrinos no Norte de Portugal durante a Idade Média”, ascendendo então a professor catedrático. O título da sua tese de doutoramento indica-nos, desde logo, que o território da Arquidiocese de Braga, nas regiões do Minho e Trás-os-Montes, passaria a formar o principal quadro geográfico de referência das suas pesquisas, mas que ele, em estudos extensivos e comparativos, alargou a outros territórios. Em pesquisa efetuada na Biblioteca Pública de Braga encontramos noventa e cinco referências da sua vasta obra, muitas das quais publicadas na Revista Bracara Augusta — Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga — que se dedica à publicação de trabalhos da autoria de distintos académicos e investigadores baseados, essencialmente, na História Local e Regional. O Professor José Marques foi um desses distintos académicos e investigadores, com dedicação exemplar a prestigiar a Revista e a Fundação Bracara Augusta, tendo, com a publicação de suas pesquisas na Revista, contribuído para a elevar ao

patamar de excelência nas referências bibliográficas. Num breve olhar pela sua vasta produção científica deparamo-nos com estudos valiosos para a história do nosso concelho, tais como: “Subsídios para o estudo da Arquidiocese de Braga no século quinze” (Bracara Augusta, mil novecentos e setenta e seis); “O estado dos mosteiros beneditinos da arquidiocese de Braga (Bracara Augusta, mil novecentos e oitenta e um); “Os pergaminhos da confraria de São João do Souto da cidade de Braga: mil cento e oitenta e seis-mil quinhentos e quarenta e cinco (Bracara Augusta, mil novecentos e oitenta e dois); “O "Liber Fidei" da catedral de Braga e o Norte de Portugal” (Bracara Augusta, dois mil e nove - dois mil e doze); “O senhorio de Braga, no século quinze: principais documentos para o seu estudo (Câmara Municipal, mil novecentos e noventa e sete); “Vereações Municipais de Braga: (maio de mil quinhentos e oitenta - janeiro de mil oitocentos e cinquenta e um) (Câmara Municipal, dois mil e dezasseis); “Património da Mitra Bracarense e cultura do vinho, na antiga "Terra" de Panóias (Século quinze) (Centro de Estudos da População Economia e Sociedade, dois mil e dois); “Braga na crise de mil trezentos e oitenta e três-mil trezentos e oitenta e cinco (Braga, mil novecentos e oitenta e cinco); Braga na crise da Independência e nos primórdios do Renascimento (Bracara Augusta, dois mil e nove - dois mil e doze); “Braga nos finais da Idade Média: subsídios para o seu estudo (Braga: mil novecentos e oitenta e três); “Alto-Minho e Galiza: estudos históricos” (Casa Museu de Monção - Universidade do Minho, dois mil e dezassete); “Caminhos portugueses de peregrinação a Santiago de Compostela: Pressupostos históricos e condicionalismos de uma caminhada” (ASPA, mil novecentos e noventa e oito); “Livrarias de mão no Portugal medievo” (Bracara Augusta, mil novecentos e noventa e sete), entre muitas outras obras que aqui não é possível mencionar pois tão exaustiva seria a lista. Mas, pelo exposto, é notório

que o conhecimento da História de Braga muito deve ao trabalho exaustivo de pesquisa laboriosa deste cidadão bracarense. Como historiador prestigiado, tanto nacionalmente como internacionalmente, integrou diversas Associações Científicas, entre as quais se salientam: a Academia Portuguesa da História (da qual foi cofundador e vice-presidente); o Instituto Galaico-Minhoto (cofundador); a Real Academia de la Historia de Madrid; as Sociedades de Estudos Medievais (portuguesa e espanhola); o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; a Comissão Internationale de Diplomatie (tendo sido seu vice-presidente); e o Comité International de Paléographie Latine da UNESCO (tendo sido também vice-Presidente deste Comité). Utilizando a expressão que o senhor arcebispo, Dom Jorge Ortiga, usou para recordar a vida do Professor e Cónego José Marques, também diríamos que foi um «padre com coração», pela paixão que colocou nas causas, nomeadamente no mundo da investigação e da pesquisa, cuja vida foi «carregada de empenho e compromisso na causa da cultura (...) um homem da Cultura que nunca teve vergonha de dizer que era sacerdote». Uma síntese feliz para um homem que foi um exemplo da Ciência e da Fé, dois campos hipoteticamente opostos, mas que, ambos, procuram compreender os mistérios da vida e do ser humano. Socorrendo-nos de Heródoto, geógrafo e historiador grego, nascido no século cinco a.C. (quatrocentos e oitenta e cinco a.C.- quatrocentos e vinte e cinco a.C.), considerado pela sua obra o “pai da História”, para quem era necessário “pensar o passado para compreender o presente e idealizar o futuro”, entendemos que o legado do historiador José Marques, ao estudar com minúcia diversos aspetos da sociedade medieval bracarense, muito contribuiu para melhor compreendermos o nosso tempo presente e idealizarmos o nosso futuro. Pelos seus estudos podemos conhecer as nossas raízes e os nossos antepassados e, deste modo, conseguimos compreender muito dos modos em que vivemos hoje, dos

*modos de ser da identidade bracarense e minhota, compreender as razões de determinadas coisas acontecerem hoje. Essa é a conexão que se estabelece entre passado, presente e futuro, pois só conhecendo o passado é que podemos conhecer, verdadeiramente, o nosso presente e idealizar o nosso futuro. E, para essa conexão, o contributo do professor José Marques foi enorme! Com o desaparecimento, físico, do Professor Doutor Cónego José Marques, Braga perdeu um dos seus distintos historiadores, mas, tendo-nos legado uma obra de considerável mérito científico para a história de Braga, a sua presença cultural estará viva na nossa comunidade para todo o sempre! Pelo valioso contributo prestado pelo Professor Doutor José Marques à sociedade e cultura Bracarense, apresentamos a esta Assembleia Municipal, realizada hoje, dia dezanove de março de dois mil e vinte e um, um voto de pesar pelo seu falecimento, endereçando à família e à Arquidiocese de Braga os nossos sentidos votos de condolências”. Posto à votação foi o referido voto de pesar **aprovado por unanimidade**. Seguiu-se a intervenção do **SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE TADIM, MANUEL PEREIRA DE FARIA**, para proceder à apresentação de mais um **Voto de Pesar**, que dizia: “Faleceu no passado dia dois de março, com oitenta anos, a cientista bracarense Claudina Rodrigues-Pousada, um baluarte da ciência que muito dignificou Portugal no mundo e celebrou o papel da mulher na Ciência. Natural da freguesia de Tadem, licenciou-se em Farmácia pela Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto, tendo, mais tarde, obtido o grau de Doutora em Bioquímica na Universidade Paris sete, em França. A cientista Claudina Rodrigues-Pousada, pioneira da biologia molecular em Portugal é o testemunho de uma vida dedicada à ciência e à formação de jovens. Primeiro no Instituto Gulbenkian de Ciência - onde se tornou chefe do Laboratório de Genética Molecular - e, mais tarde, na Unidade de Engenharia*

*Genética, como Professora Catedrática no Instituto Abel Salazar, no Porto. A partir do ano dois mil, liderou a única equipa portuguesa na Rede Europeia de Sequenciamento do Genoma da Levedura e coordenou o laboratório de Genómica e Stress do Instituto de Tecnologia Química e Biológica António Xavier, da Universidade Nova de Lisboa. Foi ainda presidente da Federação Europeia das Sociedades de Bioquímica. Ao longo da sua carreira foi agraciada com vários prémios nacionais e internacionais, onde se destaca o Prémio de Excelência e o Prémio de Mérito Científico, distinções atribuídas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Na hora da despedida, os seus pares destacaram o exemplo e suporte que a sua vida constituiu para gerações de mulheres cientistas, em Portugal e no estrangeiro, e a sua incansável devoção à ciência. Assim, a Assembleia Municipal de Braga, reunida a dezanove de março de dois mil e vinte e um, aprova este voto de imenso pesar, pelo falecimento desta ilustre Tadinense e endereça à sua família as mais sentidas condolências”. Posto à votação foi o referido voto de pesar **aprovado por unanimidade**. A palavra foi dada à **Sr^a. Deputada do P.S.D., MARIA DO PILAR ARAÚJO TEIXEIRA**, para apresentar um outro **Voto de Pesar**, que referia: “Foi no passado dia oito de março, Dia Internacional da Mulher, que foi a sepultar a cientista Claudina Rodrigues-Pousada, pioneira da biologia molecular em Portugal. Este facto é de um grande significado uma vez que Claudina Rodrigues-Pousada foi um símbolo para gerações de mulheres cientistas não só em Portugal, mas também no estrangeiro. Nascida na freguesia de Tadem em mil novecentos e quarenta e um, Claudina Rodrigues-Pousada licenciou-se em Farmácia na Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto, em mil novecentos e sessenta e oito. Partiu depois para Paris, onde concluiu, com menção honrosa, o doutoramento em Bioquímica - focado na Biologia Molecular - pela Université Paris Sete. De regresso a*

Portugal no início dos anos oitenta, ingressou como investigadora no Instituto Gulbenkian de Ciência, onde formou e liderou o Laboratório de Genómica e Stress. Na mesma altura, inicia uma ligação ao Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar (ICBAS) que se prolongaria por dezasseis anos, dez dos quais como professora catedrática no Laboratório de Genética Molecular do mesmo instituto. Foi também no ICBAS que supervisionou as primeiras das mais de sessenta teses de licenciatura, mestrado e doutoramento que orientou, marcando assim várias gerações de biólogos moleculares. Em dois mil e dois, passa a integrar, também como Professora Catedrática - o Instituto de Tecnologia Química e Biológica António Xavier da Universidade Nova de Lisboa, ao qual se manteve ligada até à atualidade. Liderou a única equipa portuguesa a participar na Rede Europeia de Sequenciamento do Genoma da Levedura. Foi ainda membro de várias sociedades científicas internacionais, incluindo European Molecular Biology Organization e a American Association for the Advancement of Science. Segundo Claudina Rodrigues-Pousada, numa entrevista em dois mil e dezassete ao Diário de Notícias, foi um livro sobre Marie Curie, que lhe ofereceram em criança, que a fez apaixonar-se pela ciência. Como diz a própria na mesma entrevista "Eu não fiz uma carreira universitária, embora tivesse colaborado nas universidades. A minha carreira é de investigadora." Enquanto investigadora, o seu trabalho incidiu, maioritariamente, nos mecanismos de homeostase celular e, sobretudo, na resposta ao stress em microrganismos. Pelos seus contributos para a Ciência, recebeu inúmeras distinções ao longo da carreira, incluindo o título de membro honorário vitalício da Cell Stress Society International, e o Diplôme d'Honneur FEBS, a mais alta distinção atribuída pela Federação das Sociedades Bioquímicas Europeias (FEBS), que presidiu de dois mil e três – dois mil e quatro. Em Portugal, foi distinguida com o Prémio de Excelência e o Prémio de

*Mérito Científico, atribuídos pelo Ministério para a Ciência, Tecnologia e Ensino. Deixa um grande legado à ciência, pelo seu trabalho, pela sua ajuda a jovens cientistas a nível nacional e internacional, e como grande entusiasta em motivar o público em geral para a relevância da investigação científica. Assim, o Grupo Municipal do PSD propõe que a Assembleia Municipal de Braga, na sua sessão de dezanove de março de dois mil e vinte e um, delibere: Um - Apresentar a sua homenagem à cientista que foi Claudina Rodrigues-Pousada, reconhecendo o seu contributo ímpar para a ciência e o seu apoio aos jovens investigadores; Dois - Apresentar à família as mais sentidas condolências; Três - Recomendar à Freguesia de Tadim que perpetue a sua memória na toponímia da freguesia; Quatro - Manifestar o seu profundo pesar pela sua morte guardando um minuto de silêncio em sua memória e homenagem”. Posto à votação foi o referido voto de pesar **aprovado por unanimidade**. Interveio de seguida o **Sr. Deputado do P.S., JOSÉ EDUARDO GOUVEIA DA SILVA PINHEIRO**, para apresentar outro **Voto de Pesar**, que dizia: “Com oitenta e nove anos de vida, muitos dedicados ao Município de Braga, onde foi encarregado geral e à Banda Musical de Cabreiros, a única existente no concelho, faleceu no passado dia catorze de janeiro, António Fernandes, um homem afável, determinado, carismático e muito dedicado à sua comunidade, à cultura em geral e à música em particular. António Fernandes é um homem em que a cultura bracarense muito deve e a Banda Musical de São Miguel de Cabreiros ficar-lhe-á eternamente grata. Ainda adolescente ingressou na Banda Musical de Cabreiros de onde jamais sairia. Cedo também se dedicou ao ensino da música, a crianças e jovens instrumentistas, atividade crucial para que a banda fosse tendo executantes de excelência, numa época de definhamento e extinção muitas congéneres. Maestro e mais tarde presidente da direção, foi de uma dedicação total na salvaguarda da história da Banda Musical de Cabreiros,*

garantindo com o seu inesgotável empenho e com a colaboração do Município de Braga e da Junta de Freguesia de Cabreiros, a criação de condições estruturais para a consolidação deste projeto cultural bracarense. Com nova e digna sede a Banda Musical de Cabreiros ganhou folgo necessário para a sua estabilização com a criação de uma escola de música, que conta com muitos dezenas de alunos. Resta, humildemente, agradecer a obra que nos legou, que o seu entusiasmo, saber e persistência contagie os atuais membros da Banda Musical de São Miguel de Cabreiros. Por tudo o que António Fernandes fez, é de inteira justiça que a Assembleia Municipal de Braga expresse o seu reconhecido agradecimento e envie condolências aos seus familiares e à Banda Musical de Cabreiros, recomendando a integração do seu nome, assim que possível, na toponímia da União de Freguesia de Cabreiros e São Julião de Passos”. Posto à votação foi o referido voto de pesar **aprovado por unanimidade**. Cumpriu-se, de seguida, **um minuto de silêncio** por todos os votos de pesar apresentados. A palavra foi dada à **Sr.^a. Deputada do P.S.D., NATACHA SOFIA MIRANDA FONTES**, para proceder à apresentação de um **Voto de Congratulação**, do seguinte teor: “Em dois mil e vinte e um Braga foi mesmo eleita como o Melhor Destino Europeu a visitar a nível internacional. Foram mais de cem mil pessoas, das quais apenas trinta por cento eram portugueses, a deixar o seu voto no site da European Best Destinations. Dos vinte destinos a votação, Braga superou e destacou-se de Roma com mais trinta e um mil votos, saltando para a capa das mais reputadas publicações na área do Turismo de todo o mundo. Assumida como uma causa nacional, esta iniciativa valeu a união de todos os portugueses por Braga. Mobilização que foi encabeçada pelo Presidente da República. É, sem dúvida, um resultado que nos enche de orgulho e que certamente trará benefícios para o Turismo e a Economia de Braga e de Portugal. Braga competia com cidades

como Paris, Roma, Viena e Florença e viu a sua entrada no ranking pelo facto de ser um dos destinos europeus com maior crescimento turístico na Europa e ainda por ter sido diligente na implementação de diversas medidas de saúde pública para proteger a sua população contra a pandemia Covid-dezanove, bem como as suas empresas, e foi, inclusivamente, mencionada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico como exemplo de boas práticas. Foram ainda outras as distinções recebidas pela cidade de Braga, nomeadamente pela Comissão Europeia como uma das cidades com "melhor qualidade de vida e das mais felizes da Europa" que, a par da estratégia de desenvolvimento sustentável do turismo, terão contribuído para o reconhecimento internacional da capital do Minho que fará desta um destino cada vez mais procurado por milhões de viajantes. Num momento em que o Turismo vive tempos negros, em asfixia, esta é a alavanca que precisávamos, é a luz ao fundo do túnel, um balão de oxigénio, que tenderá a expandir-se desde Braga a todo o país. A saída da crise pandémica antevê-se fulgurante. Prevê-se uma nova era de inovação e de prosperidade económica, com reflexos no nosso modo de vida - exatamente como sucedeu há um século. Privados de viajar, muitos serão os que, à primeira oportunidade, procurarão aqueles que são os destinos de referência e de visita obrigatória. Esta distinção é o reconhecimento e o resultado da dedicação dos agentes do setor, da Câmara Municipal de Braga, da Entidade de Turismo do Porto e Norte de Portugal, da Arquidiocese de Braga, da Associação Comercial de Braga e, sobretudo, dos Bracarenses. Assim, a Assembleia Municipal de Braga, reunida a dezanove de março de dois mil e vinte e um, delibera aprovar: Um - Um voto de congratulação pela eleição de Braga como melhor destino Europeu a visitar em dois mil e vinte e um; Dois - Expressar o reconhecimento a todas as entidades envolvidas nesta iniciativa, encabeçada pelo atual executivo da Câmara

*Municipal de Braga; Três - Manifestar público louvor aos Bracarenses pela capacidade de mobilização, unindo todos os portugueses em torno desta candidatura que culminou nesta tão importante eleição”. Posto à votação foi o presente voto de congratulação **aprovado com quatro abstenções**. O Sr. **Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA** apresentou uma **Declaração de Voto** que dizia: “A minha declaração de voto, no fundo, é para pedir, principalmente às pessoas ligadas ao Executivo Municipal, que respeitem mais os Municípios. Não votamos contra, nem nos abstivemos, precisamente porque respeitamos os Municípios, mas não devem ser enganados. Esta coisa de fazer dos Bracarenses lorpas, não faz sentido nenhum. Ou seja, transformar uma campanha publicitária, numa suposta hierarquização dos destinos das cidades do mundo ou da Europa, não faz sentido nenhum e é estar a dar bolos a tolos. Vamos ser honestos, vamos dizer que Braga, numa campanha publicitária, eventualmente, angariou mais votos do que outras cidades. Não é mais do que isso. Eventualmente é louvável que a autarquia faça campanhas publicitárias para promover a cidade de Braga, mas só isso. Digam isso com verdade. Quando estou fora, o meu desejo, Braga é o melhor destino, porque quero é chegar a Braga, é a minha cidade, a minha casa, onde está a minha família. Nesse aspeto é compreensível que Braga, para muita gente, é o melhor destino do mundo. Agora não confundam uma campanha publicitária com o resto. Não chamem parvos às pessoas”. A Sr.^a. **Deputada do P.S., CLÁUDIA PATRÍCIA SERAPICOS ALVES**, apresentou um **Voto de Saudação** que destacava: “No passado dia oito de março celebrou-se, mais um Dia Internacional da Mulher. A origem desta data remonta a mil oitocentos e cinquenta e sete, em Nova Iorque, com a morte de cento e trinta operárias do têxtil, que lutavam por melhores condições laborais. Em mil novecentos e setenta*

e cinco o Dia Internacional da Mulher foi proclamado oficialmente pelas Nações Unidas. Em Portugal, com a Constituição de mil novecentos e setenta e seis e com o Código Civil de mil novecentos e setenta e sete, reforçou-se a necessidade de envolver as mulheres em todas as esferas da sociedade. A igualdade de género faz até aos dias de hoje parte da agenda de todos os partidos e instituições em Portugal. Muito tem sido feito no que a esta matéria diz respeito e muitos progressos têm sido alcançados. Na política, com a implementação das quotas dentro dos partidos políticos e com a introdução da Lei da Paridade em dois mil e seis, a participação das mulheres sofreu avanços significativos. Além de ser um marco na questão da igualdade entre géneros trouxe consigo uma transformação na composição das listas eleitorais concorrentes aos diferentes órgãos. Em dois mil e dezoito, outro passo importante foi dado, com a Lei número sessenta barra dois mil e dezoito que aprovou medidas de promoção da igualdade remuneratória entre mulheres e homens. Pese embora tudo isto, estamos ainda longe de alcançar a igualdade. É preciso continuar a lutar e a pugnar pelos direitos das mulheres e pela transformação da sociedade. É por isso importante que continuemos a celebrar o significado do dia oito de março, Dia Internacional da Mulher. Assim, a Assembleia Municipal de Braga reunida a dezanove de março de dois mil e vinte e um saúda todas as mulheres e homens que fazem os valores do Dia Internacional da Mulher acontecer todos os dias”. Posto à votação foi o presente voto de saudação **aprovado por unanimidade**. Interveio o **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., GONÇALO NUNO LOPES DE CASTRO PIMENTA DE CASTRO**, para apresentar um **Voto de Louvor** que salientava: “A distinção da cidade como “Melhor Destino Europeu dois mil e vinte e um” deixa, sem sombra de dúvida, qualquer bracarense cheio de orgulho e satisfação. Braga arrecadou cento e nove mil novecentos e dois votos dos internautas, setenta e dois por cento

dos quais referentes a participantes fora do território nacional. Este facto só nos pode deixar ainda mais orgulhosos na medida em que estamos na lista dos preferidos de turistas internacionais. Estes números são um bom presságio para o turismo e economia local. Em dois mil e dezanove Braga conseguiu ficar na segunda posição e à época foi já motivo de orgulho e vaidade para todos nós. Foi uma primeira eleição e ter conseguido ficar na segunda posição só demonstrou a força do nome Braga. Em dois mil e vinte e um voltamos ao rol de cidades nomeadas e hoje somos efetivamente "Melhor Destino Europeu dois mil e vinte e um". De entre cidades como Roma, Paris, Florença, Capri e outras; Braga conseguiu alcançar o tão almejado título. Como chegamos até aqui? Esta distinção deve-se, fundamentalmente, à força dos bracarenses e de todos os portugueses que votaram Braga e aos estrangeiros que, conhecendo ou não a cidade, já a admiram e querem regressar ou descobrir esta cidade de encantos pela primeira vez. De Norte a Sul sentiu-se a vontade de que Braga saísse vencedora. Este afinco pelas raízes, pela identidade venceu e hoje envaidecemos com o título. Esta distinção é também reflexo da projeção da nossa cidade fora de portas. O município tem apostado numa promoção da cidade muito positiva cujo foco é a sua afirmação em território nacional e internacional. Não há dúvidas de que este desfecho se deve ao fortíssimo e inquestionável trabalho de projeção e afirmação internacional da marca Braga. Um trabalho feito a médio e longo prazo que tem surtido um efeito assaz profícuo e que está à vista de todos. Este título, dada a conjuntura que vivemos, será cabal para uma recuperação do turismo e da economia. Quem viu Braga há dez anos atrás e quem a vê agora. Figura na lista das cidades mais "cobiçadas" da europa e do mundo. Um êxito alcançado através do meritório trabalho de tantos os que levam Braga além-fronteiras. Ser "Melhor Destino Europeu dois mil e vinte e um" é a afirmação do

trabalho dos bracarenses pela sua cidade. Assim, a Assembleia Municipal de Braga, reunida no dia dezanove de março de dois mil e vinte e um, promove um voto de Louvor, pela distinção obtida de Braga como Melhor Destino Europeu dois mil e vinte e um". Aberta a discussão, usou da palavra o Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA, para numa Declaração de Voto salientar que o Partido Socialista tinha toda a disponibilidade para votar aquele voto de louvor, mas não o poderia fazer se no mesmo estivesse encerrada aquilo que lhe parecia uma ofensa a quem desde mil novecentos e setenta e seis, também construiu esta cidade, que era a referência de "quem viu esta cidade há dez anos e quem a vê hoje". Se isso for retirado do texto, o PS votaria a favor, como votou a anterior, semelhante e, se não fosse retirado, votaria contra. A SRª. PRESIDENTE DA MESA informou que o Grupo Municipal do CDS-PP aceitou a alteração proposta. Posto à votação foi o presente voto de louvor aprovado com seis abstenções. Depois foi a vez da Srª. Deputada da C.D.U., RITA COSTA PINTO DE BARROS apresentar um Voto de Saudação que revelava: "Recordamos o Dia Internacional da Mulher pela importância que lhe é devida na celebração dos direitos conquistados, mas também por estar ainda muito por fazer. A desigualdade salarial, a atribuição de valores indignos nas reformas e pensões, a falta de proteção em situações de violência física e psicológica materializadas na violência doméstica, o difícil acesso à justiça e insuficiente proteção do Estado estão ainda por solucionar. Estes factos são reforçados pela experiência deste último ano, em que a desigualdade entre homens e mulheres foi uma realidade ainda mais observável. Numa situação de crise como a que vivemos, são as mulheres quem mais carrega aos ombros as dificuldades que esta trouxe, tocando-lhes de forma mais pesada o desemprego, a redução de rendimento, o desrespeito pelos direitos de maternidade e

*amamentação e situações de assédio sexual e moral no local de trabalho - de que não faltam exemplos em empresas do concelho - e pela responsabilidade primeira sobre os mais novos e os mais velhos, que obrigam as mulheres a malabarismos entre responsabilidades pessoais e profissionais. É fácil lembrar-nos de trabalhadores que hoje não temos hesitação em considerar como essenciais como, por exemplo, enfermeiros, professores, cuidadores, trabalhadores de higiene e limpeza. São, na maioria - em algumas destas, esmagadora maioria -, mulheres. É evidente o quanto foi exigido a estas mulheres para além do habitual. É, portanto, justo que este reconhecimento seja moto do progresso. Não só não há desculpa para retrocessos, como a preocupação pela concretização da igualdade entre géneros deve estar presente nas ações de todos os dias. Cento e dez anos depois do primeiro Dia Internacional da Mulher e quarenta e cinco após a aprovação da Constituição da República Portuguesa, é ainda necessário que lutemos pela igualdade efetiva, caminho essencial para uma sociedade mais justa. Assim, a Assembleia Municipal de Braga reunida em dezanove de março de dois mil e vinte e um: saúda as comemorações do Dia Internacional da Mulher; exorta a Câmara Municipal de Braga a promover, através de todas as formas ao seu dispor, a igualdade entre homens e mulheres". Posto à votação foi o presente voto de saudação **aprovado por unanimidade**. O Sr. Deputado do P.S., **JOSÉ MIGUEL FERREIRA DA SILVA** passou a apresentar um **Voto de Louvor** com o seguinte conteúdo: "Através do nome de João Gomes, primeiro presidente, os eleitos do PS saúdam o Sporting Clube de Braga pela comemoração do seu centenário e que desde aquele dia inteiro e limpo de dezanove de janeiro, em mil novecentos e vinte e um, tem elevado o nome de Braga, quer a nível nacional, como também internacional. Com ele, evocamos homens abnegados e apaixonados que voluntariamente deram corpo a esta magnífica história que*

honra Braga, dignifica o Minho e se destaca em Portugal. São eles homens como Durval Morais, Major Cayola Basto, Germano Vasconcelos Avelino Silva, Capitão Rui Mendonça, Dr. Vilas Boas e Alvim, Tomé Gonçalves, Bacelar Ferreira, Viriato Nunes, Artur Faria Braga, José Gomes, Nuno Cunha, Marques Fernandes, João Gomes Oliveira, Alberto Silva e António Salvador. Com eles trabalharam treinadores de gabarito como Germano Vasconcelos, José Szabo, Severiano Correia, Raul Tamanqueiro, Mestre Cândido Oliveira, Armando Pereira, Mário Imbelloni, Fernando Vaz, Caraballo, António Teixeira, Ferreirinha, Fernando Caiado, Frederico Passos, Costa Pereira, Nelo Barros, Mário Lino, Hilário, José Carlos, Juca, Quinito, Calisto, Manuel Cajuda, Jesualdo Ferreira, Carlos Carvalhal, Jorge Jesus, Domingos Paciência, Sá Pinto, Abel Ferreira, entre tantos outros. Trata-se de um clube eclético que, para além do futebol, se distingue em treze modalidades distintas, contando já com um palmarés notável a vários níveis. Ou não tivesse sido também fundador do Orfeão de Braga. Sem os homens que mencionámos atrás, não seria possível termos hoje um dos clubes com mais títulos do futebol português, dos quais sobressaem as conquistas da Taça de Portugal nas épocas de mil novecentos e sessenta e seis e dois mil e dezasseis, da Taça Federação Portuguesa de Futebol em mil novecentos e setenta e sete, da Taça da Liga em dois mil e treze e dois mil e vinte, além da Taça Intertoto, em dois mil e oito-dois mil e nove. Começa a ser normal ver o emblema do clube nas competições maiores da UEFA, como a Liga Europa, onde escreveu o seu nome numa final, em Dublin, e com duas presenças na Liga dos Campeões, figurando assim como um dos maiores embaixadores do futebol português a nível internacional. Importa destacar ainda os doze títulos alcançados no futebol de praia, onde o Braga se sagrou Bicampeão Mundial em dois mil e dezanove e dois mil e vinte, Tricampeão Europeu em dois mil e

*dezassete, dois mil e dezoito e dois mil e dezanove, seis vezes Campeão Nacional e uma Taça de Portugal em dois mil e dezanove, a única até ao momento. No futebol feminino o clube carrega consigo também já grandes conquistas, como a Supertaça em dois mil e dezoito, um campeonato nacional em dois mil e dezoito, dois mil e dezanove, e uma Taça de Portugal em dois mil e dezanove, dois mil e vinte. A trinta de dezembro de dois mil e três, com a inauguração do Estádio Municipal, o clube ganhou um novo impulso, afirmando-se também este como uma mais-valia para o concelho, valorizando toda cidade e a região. Neste percurso, não podemos esquecer ainda o seu Estádio vinte e oito de maio, inaugurado em mil novecentos e cinquenta, (atualmente Estádio primeiro de maio) em que o clube passou a ter uma casa com capacidade para cerca de quarenta mil espetadores. Muitos certamente já não se lembram das várias épocas na segunda Divisão Nacional, após as quais o SC Braga ascende pela primeira vez à primeira Divisão Nacional, em mil novecentos e quarenta e oito. Para trás, fica a criação do Basquetebol na década de trinta por Dias Pereira, com os Eng.ºs. Lopes e Soares Barbosa, com o Dr. Jaime Lemos, ou a criação do Hino pelo Capitão Guilherme Boto da Piedade, executado pela primeira vez pela Banda dos Órfãos de São Caetano, em mil novecentos e vinte e seis, silenciado até mil novecentos e setenta e seis. Os eleitos do PS não podem esquecer nesta sessão os grandes dirigentes que deram o seu melhor por esta façanha centenária, apesar de documentos que apontam para dois mil e dezanove (cf. PEREIRA, José Ernesto Barros, in *Sporting de Braga mil novecentos e vinte e um – mil novecentos e oitenta e cinco*, Ed. Correio do Minho, mil novecentos e oitenta e cinco, página onze). Entre eles, evocamos Celestino Lobo (fundador do SC Braga e da AF Braga), Felicíssimo Campos (pai do ecletismo do clube), António Augusto Nogueira da Silva (primeiro sócio honorário) e José Antunes Guimarães (o*

vencedor de Montijo que permite a chegada à primeira Divisão, em mil novecentos e quarenta e sete, dando "a melhor resposta aos seus detratores") - como escreveu o *Diário do Minho*. Não esquecemos ainda aqueles que aguentaram esta coletividade em momentos difíceis como Manuel Antunes, Moura Machado, Óscar Dias Pereira ou Fernando Freitas, Romeu Maia, Manuel Coelho liderados por Diamantino Francisco, Gomes de Almeida, Manuel Pereira Barbosa, José Moreira ou Barros Pereira. A gratidão não nos deixa também esquecer Mesquita Machado, Carlos Baptista e Armando Lima que lançaram as primeiras fornadas de campeões jovens. E convém também destacar os crónicos campeões de hóquei em patins, a equipa de voleibol masculino e feminino nas décadas de setenta, os feitos individuais do ciclismo, com Diamantino Vaz, e campeões europeus e mundiais do atletismo nas décadas seguintes (Conceição Ferreira, Albertina Machado, Sameiro Araújo, Braga dos Anjos, Rosa Oliveira), a que se seguiram os atletas olímpicos de Natação. Finalmente, mas não menos importante, a Assembleia Municipal de Braga agradece hoje o contributo de Juvêncio Ramalho, o mais antigo atleta amador do Sporting de Braga; Alberto Augusto, a primeira estrela do futebol arsenalista; Júlio Gonçalves, atleta do SC Braga durante duas décadas; o atleta e jornalista Horácio Cunha - nome de prémio para o melhor atleta do ano (criado e nunca instituído); João Alexandre Camacho, madeirense apaixonado pelo SC Braga; e Mário de Almeida, cuidador de centenas de jogadores do SC Braga. E faz uma proposta: é oportuno que Braga tenha uma rotunda com um monumento alusivo ao SC Braga e mandata a Câmara Municipal a executar esta homenagem através de uma escultura ou de um painel alusivo aos cem anos da agremiação mais representativa da terceira cidade de Portugal". Posto à votação foi o presente voto de louvor **aprovado com duas abstenções**. Foi apresentada uma **Declaração de Voto**, pelo Sr. Deputado

do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA, revelando que: “É evidente que nos congratulamos com os sucessos futebolísticos do Sporting Clube de Braga. Há algumas coisas que temos que ter em consideração e, por isso, nos abstivemos. Estamos aqui para fazer política, não representamos aqui o Sporting Clube de Braga. A leitura que o ilustre membro desta Assembleia fez, é uma leitura adequada para o presidente da agremiação desportiva. Ou seja, fazer esta leitura com presidentes do clube, muitos deles com problemas com a sociedade bracarense e passar um pano em tudo isto, como se tudo fosse igual. Não é por marcar muitos golos, que uma fraude fiscal, deixa de ser uma fraude fiscal. Ou seja, a Assembleia Municipal não pode branquear isto e um voto feito assim, às cegas, é o branqueamento de tudo isto. E depois coroar isto, com uma cereja em cima do bolo, que é uma rotunda com uma homenagem. Temos que ter consciência que quem leva o Sporting Clube de Braga às costas é a Autarquia, e se a Autarquia elegeisse qualquer outro clube desportivo de Braga e o levasse às costas, eventualmente o resultado seria o mesmo. Até porque os clubes, como sabemos, hoje em dia, uma grande percentagem dos jogadores, nem sequer são da terra, são comprados por milhões e milhões de euros, que nem se sabe como chegam ao Clube e, portanto, a nossa abstenção é a recusa em branquear esta situação”. Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ORLANDO TRAVASSOS FREITAS ALCAIDE** para, por seu turno, apresentar um **Voto de Congratulação e Louvor** que dizia: “No dia dezanove de janeiro de mil novecentos e vinte e um, nascia, oficialmente, o Sporting Clube de Braga. Mas, na verdade, as páginas da história do Sporting Clube de Braga começaram a ser escritas ainda antes da respetiva fundação oficial. Efetivamente, a criação do Sporting Clube de Braga remonta a finais do ano de mil novecentos e dezanove, circunstância em que um grupo de jovens estudantes bracarense, de

espírito aventureiro, grupo no qual se evidenciavam nomes como João Gomes, que viria a ser o primeiro Presidente do clube, Celestino Lobo, Carlos José de Moraes, os irmãos Carvalho, Eurico Sameiro, Costinha e Joaquim de Oliveira Costa, se reuniu em torno do desígnio de criar um clube de futebol que representasse a cidade de Braga. E a realidade é que, com efeito, volvidos cem anos sobre a sua fundação, plenos de páginas de ouro, o Sporting Clube de Braga é, atualmente, uma das maiores instituições desportivas de Portugal, com a marca do ecletismo no código genético, com um palmarés notável, que tem atravessado fronteiras e que se tem constituído como um dos mais distintos embaixadores de Braga. De facto, desde o primeiro jogo disputado, no campo do Antigo Colégio de Espírito Santo, frente à equipa do Algés e Dafundo, incontáveis têm sido os feitos, as conquistas e as glórias do Sporting Clube de Braga. No ano de mil novecentos e quarenta e sete, a conquista do Campeonato da Segunda Divisão Nacional, e conseqüentemente a primeira ascensão à Primeira Divisão Nacional; Em mil novecentos e sessenta e seis, a vitória na Taça de Portugal, e consecutivamente o acesso à Taça das Taças, assegurando a primeira participação numa competição internacional de futebol; mil novecentos e setenta e cinco, o regresso ao escalão maior do futebol português, onde permanece desde então; No ano de dois mil e oito, sagra-se vencedor da Taça Intertoto, prova da UEFA ; Em dois mil e dez, a estreia na Liga dos Campeões, a maior competição de clubes do futebol europeu; dois mil e onze, Vice- Campeão da Liga Europa, na final jogada em Dublin; Nos anos de dois mil e treze e de dois mil e vinte, a conquista da Taça da Liga; Em dois mil e dezasseis, sagra-se vencedor da Taça de Portugal; dois mil e dezanove, torna-se, pela primeira vez, Campeão Nacional de Futebol Feminino; E, mais recentemente, no passado dia doze de janeiro do presente ano, a conquista, pela primeira vez, da Taça de Portugal de Futebol Feminino, referente à época dois

mil e dezanove-dois mil e vinte, na final disputada em Aveiro, tendo vencido por três-um a equipa do Sport Lisboa e Benfica; Entre muitos outros momentos de vitória, de orgulho, de brilho e de glória. Aliás, pintadas de ouro e de glória têm sido as modalidades do Sporting Clube de Braga. Do atletismo ao futsal, do futebol de praia ao taekwondo, da natação ao voleibol, do basquetebol ao bilhar, passando pelo boccia, pelo kickboxing ou pelo badminton. Enunciamos, aqui e ora, apenas alguns dos feitos mais recentes: No passado mês de dezembro de dois mil e vinte, o atleta do Sporting Clube de Braga, Júlio Ferreira, ao serviço da Seleção Nacional, venceu a competição de menos oitenta quilos do Campeonato da Europa de Taekwondo de Categorias Olímpicas, em Sarajevo; Em janeiro deste ano, a atleta Vitória Oliveira revalidou o título de Campeã Nacional de Marcha, prova dos trinta e cinco quilómetros, em Porto de Mós; Em fevereiro, Mariana Machado sagrou-se Campeã Nacional dos três mil metros em Pista Coberta, em Braga; E, também em fevereiro, Catarina Karas, Leonor Suzano e Miguel Moreira tornaram-se Campeões Nacionais de Esperanças, em Pista Coberta, nas provas, respetivamente, de salto em comprimento e sessenta metros barreiras, de salto com vara e de mil e quinhentos metros, nos campeonatos realizados em Braga, Jamor, Pombal e Vila Real de Santo António. Na verdade, estes primeiros cem anos, a história do Sporting Clube de Braga tem sido mesmo assim. Feita de esforço, luta, ambição, superação e muita paixão. Um clube de Guerreiros. Uma autêntica Legião de Ouro. E um orgulho imenso para a cidade de Braga. Certos, todos, de que o melhor ainda está para vir. Assim, a Assembleia Municipal de Braga, reunida em Sessão Ordinária de dezanove de março de dois mil e vinte e um, delibera aprovar um Voto de Congratulação e Louvor: Um - Ao Sporting Clube de Braga - designadamente, aos seus dirigentes, colaboradores, treinadores, atletas, sócios e adeptos - pela celebração do seu Centenário, ficando

*expressos os votos de um futuro repleto de ouro e de glória. Dois - À Equipa de Futebol Feminino do Sporting Clube de Braga, e aos atletas Júlio Ferreira, Vitória Oliveira, Mariana Machado, Catarina Karas, Leonor Suzano e Miguel Moreira, pelas suas mais recentes conquistas, manifestando os votos dos maiores sucessos desportivos”. Posto à votação foi o presente voto de congratulação e louvor **aprovado com um voto contra**. Foi produzida uma **Declaração de Voto** pelo **SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE NOGUEIRÓ E TENÕES, JOÃO MANUEL TINOCO RIBEIRO DA SILVA**, que revelava: “Eu não votei contra o Sporting Clube de Braga, foi contra o texto que foi aqui apresentado, porque acho que o Sporting Clube de Braga, como é evidente, na imprensa da época, nasceu em mil novecentos e catorze”. Também a **Sr^a. Deputada do B.E., MARIA ALEXANDRA NOGUEIRA VIEIRA** apresentou uma **Declaração de Voto**, revelando que o BE votou favoravelmente, porque lhes parecia que fazia a justa homenagem aos atletas nas mais diferentes modalidades e que trouxeram grandes glórias ao Sporting Clube de Braga e foi por essa razão, apenas, que votaram favoravelmente. Usou, depois, da palavra a **Sr^a. Deputada do P.S., MARTA FILIPA AZEVEDO FERREIRA**, para produzir um **Voto de Louvor** do seguinte teor: “O nome de Lucinda Vilaverde está intimamente associado ao trabalho desenvolvido em prol da Trissomia vinte e um em Braga. Lucinda Vilaverde assumiu o cargo de Diretora Técnica do Centro Novais e Sousa em dois mil e três, cargo que exerceu em regime de voluntariado desde dois mil e dez. Passa agora o testemunho pela incompatibilidade do regime de voluntariado com a função de direção. Lucinda Vilaverde promete continuar na Instituição até que as forças não o permitam e continuará a lutar pelo tão desejado Lar residencial do Centro Novais e Sousa. O seu percurso ensinou-nos que o amor não conta cromossomas, que o maior inimigo da síndrome é o*

*preconceito e que se trata de uma condição genética que não impede a vida social normal da pessoa. Assim, pelo trabalho em prol dos mais desprotegidos através de quarenta e sete anos de dedicação ímpar de Lucinda Vilaverde a esta causa e por toda a obra solidária de grande alcance protagonizada por Lucinda Vilaverde, a Assembleia Municipal de Braga, reunida a dezanove de março, aprova um voto de louvor a Lucinda Vilaverde”. Posto à votação foi o presente voto de louvor **aprovado por unanimidade**. A Sr^ª. Deputada do B.E., **MARIA ALEXANDRA NOGUEIRA VIEIRA**, apresentou, depois, uma **Moção** subordinada ao tema “Pelo fim da violência de género e por medidas efetivas de combate ao crime de violação”, referindo que: “A violência de género continua a ter um impacto devastador na sociedade portuguesa. Nas suas várias expressões, assenta num modelo de organização da sociedade patriarcal que teima em minorizar o papel das mulheres em várias dimensões da vida: trabalho, escola, política, família. Apesar dos avanços que têm sido conseguidos e que têm permitido, aos poucos, trazer mais justiça e igualdade, ainda há muito trabalho por fazer, nomeadamente na forma como se tratam crimes sexuais como a violação. Os crimes sexuais atingem, sobretudo, mulheres e crianças. Apesar da neutralidade prevista no tipo legal de violação quanto ao género da vítima, estes crimes carregam a marca de género e continuam a ser uma das formas de violência de género mais invisíveis. De acordo com os dados dos Relatórios Anuais de Segurança Interna (RASI), nenhuma mulher foi detida por violação. Todos os arguidos são homens. A esmagadora maioria das vítimas é mulher. A violação manifesta-se como uma das mais abjetas e extremas formas de opressão e dominação das mulheres e configura um atentado aos direitos humanos das mulheres, à sua integridade física e emocional, à sua liberdade e autodeterminação sexual. Deixa, na maior parte das vezes, feridas profundas para*

o resto da vida. No entanto, e apesar do seu impacto na sociedade, a média europeia de condenações do crime de violação é de apenas catorze por cento. O Relatório Anual de Segurança Interna regista pelo terceiro ano consecutivo uma subida no número de queixas por violação. Os arguidos em casos de violação são quase todos homens (noventa e nove vírgula três por cento) e as vítimas são principalmente as mulheres (noventa e um vírgula nove por cento). Frequentemente os agressores são pessoas conhecidas (trinta e cinco vírgula nove por cento) ou familiares (vinte e dois vírgula um por cento). Tal como aconteceu com a violência doméstica, que é crime público há vinte anos, é importante reforçar a ideia de que a violação e a coação sexual são assuntos que devem ser investigados, que se trata de uma responsabilidade da comunidade e não pode ser considerado um crime do foro privado. Onde existir uma mulher agredida, abusada, violada, existe um atentado aos Direitos Humanos. Importa mudar a natureza dos crimes de violação e de coação sexual, tornando-os crimes públicos e, deste modo, criar o dever de denunciar qualquer caso de violação de que se tenha conhecimento. Do ponto de vista municipal, e considerando o trabalho feito na construção de programas para alertar a consciência para estes problemas e para procura de soluções, deve ser tomada uma posição clara de repúdio contra a violência de género e, em particular, contra os crimes sexuais. Assim, a Assembleia Municipal de Braga, reunida em dezanove de março de dois mil e vinte e um, delibera, ao abrigo do artigo vigésimo quinto, número dois, alíneas j) e k) do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro: Um - Condenar todos os crimes sexuais contra as mulheres; Dois - Instar a Assembleia da República a tomar as medidas necessárias com vista a consagrar o carácter de crime público aos crimes de violação e coação sexual. A presente moção deve ser remetida ao Presidente da Assembleia da República e a

*todas as bancadas”. Posta à votação foi a presente moção **aprovada por unanimidade**. Interveio o Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., **JOÃO MIGUEL RIBEIRO LEMOS DE MEDEIROS**, para, inicialmente, cumprimentar todos os pais, presentes e ausentes, naquele dia e que mereciam aquela menção honrosa por serem pais. Depois, passou a apresentar uma **Recomendação** do seguinte teor: ”O GP do CDS da Assembleia Municipal de Braga vem alertar para a importância da prioridade na vacinação contra a Covid-dezanove para as pessoas com deficiência e utentes/profissionais dos centros de dia e apoio domiciliário. De acordo com o plano de vacinação podemos constatar que o mesmo exclui alguns grupos frágeis que, dado o contexto clínico e/ou social, têm que integrar os grupos prioritários. Referimo-nos particularmente a pessoas com deficiência, nomeadamente paralisia cerebral ou autismo e outras patologias do foro mental que devem ser tidas em conta no plano de vacinação uma vez que as mesmas apresentam comorbidades associadas. São pessoas, geralmente, "imunodeprimidas" o que representa uma situação extremamente inquietante para as famílias e instituições que acolhem estes utentes. Certo é que esta conjuntura não deveria ser uma preocupação apenas para quem lida diariamente com estas problemáticas. Deve ser uma preocupação para a sociedade civil no seu todo. A ideia que transparece é a de que, em alguns casos, a priorização na vacinação é dada a quem tem mais poder reivindicativo, ficando os grupos mais frágeis para "segundo plano". Infelizmente, conhecemos alguns episódios de infeção que nos levam a constatar que os sintomas, nestas pessoas, são muito mais graves, e o risco de hospitalização, em caso de infeção por Covid-dezanove, é superior. Também é do conhecimento público que o risco de mortalidade face às patologias associadas é maior. Ora, perante estas e outras evidências científicas que são do conhecimento geral, não podemos conceber que até à data este grupo não tenha*

sido priorizado no plano de vacinação contra a Covid-dezanove. A sensação é a de que este plano anda a "conta gotas". Cada dia que passa é mais um em que este grupo está vulnerável à contração do vírus que pode ter consequências irreversíveis para algumas destas pessoas. Estamos num concelho onde existe um número considerável de instituições que acolhem pessoas com deficiência nas mais variadas faixas etárias. Quem está no terreno e conhece de perto os problemas sentidos nestas instituições e nas famílias, sabe que já houve contágios e que o desfecho não foi feliz. Trata-se de lares residenciais para pessoas com deficiências associadas (muitas delas profundas). Pessoas que não conhecem o conceito de distanciamento, por exemplo. Este contexto é exigente para todos nós, mas fundamentalmente para quem não consegue ter uma real perceção do panorama. Em alguns casos é até difícil ou impossível evitar o contacto próximo devido às terapias a que estão sujeitos. Por outro lado, é pedir muito aos pais, ou aos cuidadores, garantirem que as pessoas com este tipo de deficiência cumprem as regras sanitárias mais básicas para evitar a infeção. Podem, até, interiorizar as regras, mas não as conseguem cumprir. Não conseguem cumprir o distanciamento, quando saem à rua. Não têm consciência da necessidade de desinfeção permanente. Também o uso da máscara é, muitas vezes, difícil para os portadores de deficiência. Ressaltar ainda que estes jovens e adultos deveriam ser também vacinados para poderem frequentar, de novo, os chamados CAO - Centros de Atividades Ocupacionais. Grosso modo, são pessoas que fazem aquisições, ao longo da vida, e que demoram meses, por vezes anos, a aprender algo que para a maioria de nós parece tão básico. Estando privados destas atividades e das terapias diárias, correm o risco de perderem essas aquisições, verificando-se um retrocesso. Urge que todos estes elementos sociais sejam balizados para priorizar a vacinação deste grupo. Constatamos ainda a não

*inclusão dos utentes e profissionais dos centros de dia e apoio ao domicílio no plano de vacinação. De acordo com as últimas notícias os centros de dia abrirão portas a partir do dia cinco de abril, mas com que garantias de segurança? Tal como nos lares residenciais, os centros de dia acolhem população idosa. Qual é o critério de entrada nos centros de dia se estes utentes não integram os grupos prioritários para vacinação? O apoio ao domicílio também merece a nossa atenção na medida em que muitos idosos beneficiários desta resposta têm menos de oitenta anos e ainda não foram vacinados. As escolas abrem e o pessoal docente e não docente será vacinado (e muito bem). Logo, afirmando-se uma abertura das respostas elencadas, utentes e profissionais também têm que ser priorizados. Espera-se bom senso para que, em breve, os grupos mencionados sejam incluídos no plano de vacinação prioritária, tal como aconteceu noutros países da Europa. É uma urgência e, como tal, recomendamos que não fiquem em lista de espera. Assim, o Grupo da Bancada do CDS-PP, reunido em Assembleia Municipal no dia dezanove de março de dois mil e vinte e um, vem propor que esta recomendação, após sua aprovação, seja remetida à nona Comissão Permanente da Assembleia da República - Saúde, com conhecimento ao Ministério que a tutela”. Colocada à discussão, usou da palavra o **Sr. Deputado da C.D.U., PEDRO MIGUEL RODRIGUES SIMÕES CASINHAS** para referir que, apesar de perceberem a boa vontade de quem levou aquela moção, a CDU não conseguia, ou não podia, de todo, acompanhar uma coisa que queria que a decisão fosse eminentemente técnica e que fosse eminentemente científica e não política. Não lhes cabia ali, e muito menos tinham dados, para poder fazer recomendações, que pretendiam fossem bem tomadas pelas autoridades de saúde e fossem tomadas com conhecimentos e com dados que o suportassem. Por muito que, se calhar, o senso comum, não o senso científico, os levasse a achar haver*

bondade na proposta, a verdade era que não tinham, com rigor, condições para poderem acompanhar aquela posição. Portanto, se se mantivesse como estava, abster-se-iam. Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA para, a propósito, salientar que aquilo que queria dizer, sucintamente, era que relativamente àquela matéria, era uma matéria sensível que, a seu ver, deveria unir a Câmara e sobre a qual deveriam tentar construir um consenso. Mas, de facto, era um assunto delicado, porque havia já classes de deficientes, já houve patologias que já estavam consagradas na lei, nomeadamente a trissomia vinte e um. Em qualquer dos casos tinham que perceber bem qual era a dimensão daquilo que ali estava a ser proposto, sob pena de, no fundo, estar-se também a descaraterizar o quadro de prioridades que a Comissão Especializada e com suporte científico já escolheu. O que sugeria, era que para não estarem ali a gerar discussão ou partir a Câmara, sobre aquela matéria, que o tema baixasse à Comissão Especializada de Saúde e que, então aí, se pudesse discutir com mais tempo o tema e construir uma formulação, que os pudesse unir a todos e que pudesse honrar a posição global da Assembleia Municipal, como sendo algo suportado e que fosse compatível com aquilo que era o trabalho, que a nível nacional, estava a ser feito sobre essa matéria. Voltou a usar da palavra o Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., JOÃO MIGUEL RIBEIRO LEMOS DE MEDEIROS para esclarecer que, no âmbito da recomendação que foi posta naquela Assembleia, em nada se opunham a que baixasse à Comissão dos Assuntos Sociais e Saúde, até porque era uma questão que ia muito mais, e aí permitia-se discordar do Pedro Casinhas, no âmbito científico. Ou seja, quem andava no terreno e que todos os dias trocava contactos com pessoas, tanto famílias, como pessoas responsáveis por esse grupo de pessoas, era facilmente perceptível que passavam muitas dificuldades e o rigor

*científico cabia a quem de direito, de facto, não punha isso em dúvida. Só que estarem de braços cruzados e não reivindicarem, como muitas vezes quem reivindicava conseguia sempre alguma coisa, e permitisse-lhe não aludir ao termo mais popular, que “quem não chora...”, como devia imaginar, não iria conseguir nada. Não se tratava de nada de científico, porque para isso havia pessoas especializadas para o efeito. O SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE, FRANCISCO MANUEL PEREIRA DA SILVA, usou da palavra para dar os parabéns à Mesa pela utilização da língua gestual, que tornava a Assembleia mais inclusiva. Disse, depois, em relação à matéria ora em discussão, já que ia baixar à Comissão, solicitava também que fosse analisada a situação dos funcionários das escolas das AAAF e das CAF. Só na última sexta-feira, foi dada autorização para que fossem incluídos na testagem os funcionários que estavam ao serviço das Juntas por delegação de competências da Câmara Municipal, mas que estavam nas escolas a trabalhar na CAF e na AAAF, mas não sabiam nada sobre a vacinação, porque não fazia sentido vacinar todos os assistentes operacionais das escolas, todos os professores, se não estivessem também incluídos os funcionários das Juntas, da Bragahabit e todos aqueles que trabalhavam diariamente na escola, porque iriam ter uns vacinados e outros sem ser vacinados. Se baixasse à Comissão, solicitava que também fossem incluídos todos os funcionários. Foi deliberado que a recomendação apresentada pelo CDS-PP iria **baixar à Comissão de Assuntos Sociais e Saúde**. A palavra foi dada ao Sr. Deputado do P.S.D., JOSÉ RAÚL DE OLIVEIRA RODRIGUES, para produzir uma **Declaração Política** relacionada com o Património arbóreo de Braga. “Nos últimos anos, a valorização dos espaços verdes urbanos cresceu significativamente, apoiando-se na exposição da sua multifuncionalidade.*

Diversos estudos têm demonstrado que as funções e os benefícios dos espaços verdes têm variado e evoluído ao longo da história, acompanhando as transformações das cidades e da sociedade. Apesar dos aspetos positivos e da importância destes benefícios, a sua multifuncionalidade tem trazido novos desafios à gestão urbana, uma vez que a sua implantação exige uma definição em relação às prioridades de função a fim de qualificá-los. Em muitas cidades, é notória a dificuldade de ordenamento destes espaços junto à malha urbana, uma vez que se observam espaços verdes cada vez mais precários e desconectados, que se traduzem no pouco aproveitamento dos seus benefícios. A cidade de Braga não constitui exceção à regra. Vale a pena referir que em finais do século dezanove, Braga era considerada a "Sintra do Minho" pela sua: frescura e abundância de espaços verdes. No entanto, as mudanças operadas a nível urbanístico, com a conquista progressiva dos terrenos envolventes da cintura urbana, a cidade de Braga ganhou em termos de construção, mas perdeu em termos de áreas verdes. É de salientar que em dois mil e cinco, o concelho de Braga possuía um rácio de área verde por habitante de cerca de doze metros quadrados, valor manifestamente baixo, em comparação com os quarenta metros quadrados/habitante preconizados pela Organização Mundial de Saúde. Durante todo o século vinte e até à primeira década do século vinte e um, as podas camarárias constavam da rotina sazonal no património arbóreo do município de Braga, comprometendo a saúde, a segurança e a longevidade das árvores. Ao longo deste tempo, instituiu-se que as árvores têm que ser podadas com frequência por razões estéticas e higiénicas, criou-se a sensação de que o que é errado (como as podas camarárias) é que está bem. Foram cento e doze anos de atrocidades a que o património arbóreo de Braga esteve sujeito. Foram cento e doze anos de práticas duvidosas que a técnica desaconselha, a experiência

desacredita e o bom senso reprova, sem que houvesse coragem e vontade política para inverter este paradigma. Debater se as podas devem ser muito ou pouco drásticas, geométricas ou assimétricas, bonitas ou feias, leva a discussões históricas e estéreis, que não conduzem a lado algum. A poda das arvores tem que ser encarada como um meio para atingir um fim e não um fim em si, tal como aconteceu no último século no município de Braga. Ao longo dos últimos vinte e cinco anos, foram imensos os apelos deixados na comunicação social bracarense e também nesta Assembleia, acerca das práticas de interesse duvidoso que estavam a ser implementadas no património arbóreo de Braga e das consequências que daí poderiam advir. O tempo é sempre bom conselheiro, infelizmente tivemos razão, mas tudo continuou na mesma, refletindo uma enorme insensibilidade por parte do anterior executivo socialista. Os tempos mudaram e as políticas também. O atual executivo liderado por Ricardo Rio, teve a coragem e a vontade política de inverter o paradigma. Numa altura em que as populações exigem cada vez mais elevado nível de segurança e bem-estar, numa altura em que as populações exigem cada vez mais a preservação da qualidade do ambiente, há que olhar para os espaços verdes de forma a irem ao encontro destas novas exigências. E neste sentido, o meio rural tem merecido uma atenção muito especial. Os parques de merendas e de lazer, têm vindo a aumentar e ultrapassam presentemente as três dezenas. Estes têm vindo a ser intervencionados e/ou aumentados, no sentido irem ao encontro das necessidades das populações, contribuindo para que as freguesias rurais se tornem simultaneamente bons locais para se morar e bons locais para se visitar. Em poucos anos o património arbóreo da cidade de Braga, ganhou mais encanto, os parques tornaram-se mais aprazíveis e atraem cada vez mais pessoas. São exemplos, o parque da Ponte, as urbanizações das Parretas, Fujacal, Lamações, a ecovia do rio Este, entre outros.

Isto para não se falar dos parques de merendas e de lazer dispersos por todo o concelho. É evidente que a mudança, por mais necessária que seja, nunca é nem nunca foi consensual. Há sempre uma espécie de Velhos do Restelo que se opõem à mudança. Há sempre motivos para críticas, sejam elas relacionadas com agendas políticas, por necessidade de afirmação ou mesmo, o criticar por criticar. As más práticas arbóreas têm vindo a ser banidas da cidade Braga. No entanto, assistimos frequentemente a discursos onde impera uma espécie de eco fundamentalismo do género: espetar um prego numa árvore é um atentado contra a natureza, deitar uma árvore abaixo é uma catástrofe ecológica. Este eco fundamentalismo, apenas serve que para criar entropia, para desinformar e confundir os bracarenses. Os promotores deste discurso, são os mesmos que nunca acreditaram que o estudo sobre o estado de segurança e de saúde das árvores de Braga iria chegar a bom porto. Os promotores deste discurso, são os mesmos para quem as manifestações, as petições e os abaixo-assinados são as orações do século vinte e um. Os promotores deste discurso são os mesmos para quem a indignação fácil e previsível nas redes sociais, com vocabulário pobre e repetitivo, é o Pai-Nosso e a Avé-Maria dos tempos modernos. Em matéria de património arbóreo, o Executivo liderado por Ricardo Rio, começou a casa pelos alicerces, e não pelo telhado como muitos gostariam que o fizesse. Ou seja, deu prioridade à avaliação da segurança das árvores para os transeuntes. Em dois mil e dezanove, o Município divulgou publicamente o resultado de um estudo feito pelos serviços camarários, abrangendo doze artérias de quatro freguesias da cidade, onde era preconizado o abate de cento e trinta e duas árvores por motivos de segurança. Tal estudo, baseado no método de Avaliação Visual das Árvores (VTA), permite com rigor, avaliar a incidência de uma determinada doença num determinado local. No entanto, este método não está isento de subjetividade

quanto à avaliação da severidade dessas doenças, aspeto fundamental para a tomada de decisões tanto de índole técnica como políticas. No entanto e face às críticas e sugestões provenientes de vários quadrantes da sociedade civil, o atual Executivo encomendou um estudo à UTAD, do qual resultaram relatórios detalhados por cada árvore, com dados biométricos e de resistência mecânica, permitindo desta forma fazer uma avaliação técnico-científica muito mais rigorosa sobre o estado de saúde e de segurança das Árvores. Neste estudo, foram avaliadas duzentas e oitenta e oito árvores em sete artérias da cidade, cujos resultados recomendavam o arranque de trinta e oito exemplares. É de referir que das sete artérias estudadas pela UTAD, e das doze estudadas pelos serviços municipais, apenas três são coincidentes, designadamente o Largo do Cemitério de Monte d'Arcos, a Rua Prof. Machado Vilela e a Avenida trinta e um de janeiro. Na altura da divulgação pública dos resultados do estudo, o Sr. Vereador do Ambiente anunciou o corte de cerca de cento e trinta árvores, em conformidade com o estudo realizado pela UTAD, o que motivou forte contestação por parte de vários sectores da oposição. Para o atual Executivo, este estudo não constituiu um ponto de chegada acerca do conhecimento do estado das nossas árvores, mas sim um ponto de partida para uma gestão sustentável do património arbóreo no médio longo prazo. Este estudo permitiu o fornecimento de dados que permitem aos técnicos do município, a extrapolação dos resultados para outras artérias com árvores em situação idêntica. Outra coisa não seria de esperar, pois não seria boa política, o município encomendar estudos desta natureza de cada vez que pretendesse atuar ao nível do património arbóreo. Para o Grupo Municipal do PSD, é evidente que as recomendações do relatório elaborado pela UTAD são para serem cumpridas integralmente, outra coisa não seria de esperar. Por outro lado, congratulamo-nos pelo investimento feito pelo Executivo, cujos resultados se

*traduziram em intervenções arbóreas com fundamento e rigor técnico-científico e se traduzirão no médio longo prazo ao nível da formação, conhecimento e saber, por parte dos serviços técnicos do Município. As políticas de arborização devem ser vistas num horizonte de quarenta-sessenta anos. Enquanto a destruição do património arbóreo faz-se em poucas horas, a sua recuperação não se faz num mandato, em dois, três ou quatro. É um trabalho de continuidade, tem um rumo, mas não tem fim. É um trabalho persistente e de grande sensibilidade, pelo que exige investimento permanente, tanto na formação dos técnicos e jardineiros, como na sensibilização dos autarcas e dos munícipes. Os primeiros passos foram dados, Braga está no bom caminho. No entanto, todos nós gostaríamos que o processo fosse mais célere. O próximo passo, será a transposição destas boas práticas de arboricultura urbana para as freguesias rurais, tendo como base, o trabalho desenvolvido no centro urbano nestes últimos anos. Para tal, a transferência das competências dos espaços verdes para as juntas de freguesia, constituiu o primeiro passo, uma vez que as juntas de freguesia estando mais próximas dos locais, desempenham um papel determinante pelo seu conhecimento das especificidades de cada local e pela capacidade de rápida e adequada atuação. O património arbóreo não se constrói em poucos meses, tal como um edifício. O património arbóreo demora décadas a edificar, mas bastam apenas alguns minutos para o destruir. A construção de um património arbóreo que seja do nosso orgulho, é um caminho moroso, sinuoso e por vezes bastante tortuoso. No entanto, acreditamos que tal é possível”. Seguiu-se a apresentação de outra **Declaração Política**, agora pela **Sr^a. Deputada do C.D.S.-P.P., ANA LEONOR PIZARRO BRAVO DA SILVA PEREIRA**, que revelava: “O Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) foi desenhado para recuperar e fazer frente ao retrocesso económico consequente da conjuntura pandémica em que nos*

encontramos. Tantas vezes apresentada como a "bazuca", na verdade, mais parece uma pistola de água. No ano passado, o PIB caiu quinze mil quatrocentos e oitenta e três milhões de euros e o valor total previsto para Portugal neste plano é relativamente equivalente, dezasseis mil seiscentos e quarenta e três milhões de euros. Isto impõe um grande sentido de rigor, uma gestão comprometida com a transparência e um compromisso com o País real. Os erros do passado não se podem repetir. Aquilo que deveria ser uma esperança, inevitavelmente traduzir-se-á, uma vez mais numa oportunidade desperdiçada. Em certa medida as circunstâncias pandémicas apenas colocaram a nu as deficiências e evidenciaram a fragilidade da nossa economia. Portugal nos últimos anos, ao contrário do que nos foi vendido, não cresceu nada, apenas foi na onda e perdeu claramente a sua vertente reformista. Face àquilo que foi tornado público o PRR está mais vocacionado para resolver os problemas do governo do que propriamente os do País. É um plano que oferece muito Estado e muito pouca economia. É assustador a opção de querer voltar a investir naquilo que não cria riqueza e deixar de lado o que de melhor o País tem para oferecer. Cerca de sessenta e sete por cento dos fundos deste Programa serão injetados no Estado; num estado centralista, das grandes áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, porque tudo o resto é paisagem. A coesão territorial apenas fica no papel e o fosso do desenvolvimento é cada vez mais profundo. Temos aqui o retrato da visão desfocada de um governo que não responde ao futuro, deixando de lado sectores fundamentais da economia como a restauração e o turismo que em dois mil e dezanove representaram dezasseis por cento do PIB. E onde ficam os que criam postos de trabalho? Os que investem e arriscam? Os que pagam impostos? Aqueles que impulsionarão a recuperação económica de forma a recuperar o PIB face a dois mil e vinte? Estou a falar do sector privado, das empresas. Estes que são sistematicamente o "alvo a abater"

nos discursos mais à esquerda, representam oitenta e seis por cento dos empregos, representam quinze vírgula sete por cento do PIB em investimento. Esta realidade ainda se torna mais esclarecedora quando se trata de valor acrescentado para a economia, com o sector privado a assumir oitenta e cinco por cento. A prioridade deste Programa não é o desígnio nacional, nem muito menos a recuperação económica, porque face àquilo que foi dito, qualquer ministro ou governante não compactuaria com um Programa em que o incentivo às empresas se fixa nos quatro mil e seiscentos milhões de euros, enquanto os impostos, sobre os rendimentos dessas mesmas empresas, ascendem a seis mil trezentos e dezassete milhões de euros. Isto tem tanto de irónico, como de ridículo e preocupante. Dito isto: Este é o Plano de Recuperação e Recandidatura de Antónia Costa, porque a resiliência, essa, é das empresas e do sector privado. Este não é um plano para tirar Portugal de uma economia falida, mas antes a cartilha socialista que continuará a alimentar a dependência dos portugueses perante o Estado, que hipoteca a liberdade e o futuro das próximas gerações e volta a impor uma agenda de retrocesso para Portugal”. O Sr. **Deputado da C.D.U., MARCOS MANUEL DA SILVA COUTO OLIVEIRA** apresentou uma outra **Declaração Política** do seguinte teor e que servia, também, como resposta da CDU às abstenções nas propostas do PSD e do CDS-PP, relativamente àquela matéria: “Braga foi recentemente agraciada com o título de Melhor Destino Europeu, elogio que tem somado orgulho um pouco por toda a cidade. Um título que reconhece o esforço deste município na promoção comercial de Braga dentro e fora de portas, com uma forte campanha que uniu até o Presidente da República e Fernando Rocha no apelo ao voto eletrónico, qual prémio televisivo em chamada de valor acrescentado. Melhor Destino Europeu, para as multinacionais que continuam a recorrer a empresas de trabalho temporário para contratar e

despedir no concelho, com pouco salário e poucos direitos, mas muitos lucros e muitos incentivos por parte da empresa municipal dedicada a apoiar a economia local. Melhor Destino Europeu para o negócio imobiliário, onde os investimentos em edifícios emblemáticos, como o do Castelo, saem altamente beneficiados depois de obras de requalificação municipais, para num exercício de pura especulação financeira se poder colocar o espaço à venda hoje por quase o dobro do valor de aquisição. Melhor Destino Europeu para os grandes grupos económicos, que depois de se implantarem fortemente na cidade com as suas cadeias de supermercados ainda são bonificados com concessões de alas para exploração de restauração num dos principais equipamentos da cidade, com uma renda que lhes ficará ao preço da chuva ao que se lhes junta um período de carência. Melhor Destino Europeu, mas fatídico para os comerciantes e produtores do Mercado Municipal, que hoje se vêem obrigados a estar todos os dias, todo o dia, nas suas bancas, haja ou não clientes e procura, vendo-se impedidos de produzir. Um destino que, a teimar-se na imposição de um regulamento que não se ajusta às necessidades e à realidade daqueles profissionais, rapidamente terá um Mercado vazio para receber os turistas que o procurarem ansiosamente. Um destino Europeu que parece não ter ainda compreendido a importância de divulgar e acompanhar o parque arbóreo da cidade, evitando erros na sua manutenção e, no limite, o abate de árvores sem justificação aparente. Ou que requalifica um Parque com um projeto de arquitetura paisagística no mínimo caricato e que, segundo o vereador da área, ainda valerá ao município um prémio - mas suspeitamos que, a acontecer, só se também for atribuído mediante o número de chamadas para um setecentos e sessenta! Talvez fosse de esta maioria municipal pedir ao Partido Socialista que encomendasse uma das suas sondagens, para podermos decidir com mais rigor

qual destes atributos torna realmente Braga o Melhor Destino Europeu, ou antes, para quem. Concordamos que Braga é e continuará a ser uma cidade que merece ser visitada, em qualquer altura. Mas cabe a quem gere este município garantir que este é um concelho onde se pode estar e viver em melhores condições, para aqueles e aquelas que escolhem Braga todos os dias. Dar-lhes mais e melhores condições de mobilidade, ambiente, habitação, desporto e cultura. Garantir mais equipamentos culturais para executar em melhores condições a estratégia cultural; melhorias nas infraestruturas e melhores condições humanas nas escolas do primeiro ciclo; alargar os fogos disponíveis para apoio à habitação para as famílias mais desprotegidas e incentivar arrendamentos justos em todo o concelho ou ajustar o valor da terceira coroa dos transportes urbanos em linha com a atualização recente do tarifário, para incentivar as populações que vivem mais longe do centro a poderem usar o transporte público nas suas deslocações. São em maior número os aspetos que faltam concretizar em Braga do que as assinaturas recolhidas por alguns para tentarem chegar aos lugares de vereação desta Câmara Municipal! Sejamos então o Melhor Destino Europeu. Mas que os títulos que este ou outro concurso de promoção turística da cidade não tente ofuscar as decisões contrárias ao interesse público, ao direito a trabalhar e viver em Braga com direitos!”. Registou-se a intervenção da **Sr^a. Deputada do B.E., MARIA ALEXANDRA NOGUEIRA VIEIRA**, para proceder à apresentação de mais uma **Declaração Política** que referia: “Um ano depois do início da crise pandémica, dois confinamentos e uma crise social e económica sem precedentes, que já está instalada e que irá continuar, o Bloco de Esquerda, numa segunda investida, e apesar da abstenção do PS, conseguiu aprovar na Assembleia de República, no passado dia onze de março, um projeto de resolução sobre as refeições escolares. O projeto recomenda ao Governo a criação de um modelo

mínimo de distribuição das refeições escolares aos alunos e alunas abrangidos pela Ação Social Escolar, através do levantamento no ponto de recolha mais próximo da sua residência, que pode ser uma escola do primeiro Ciclo ou um jardim de infância, independentemente do ciclo de ensino em que se encontram. Para isso, basta a articulação entre o Ministério da Educação, os agrupamentos de escolas e as autarquias locais. No caso específico das refeições escolares, o Ministério da Educação continua a pagá-las quer aos agrupamentos quer aos municípios. Se a procura diminui é porque as pessoas respeitam o confinamento. Logo, o que seria mais lógico e mais assertivo seria a criação de formas de levar as refeições a quem tem direito e não sobrecarregar a resposta assistencialista e voluntária. Se nuns concelhos essa articulação já está implementada, e até inclui as famílias dos alunos e alunas em situação de vulnerabilidade social e económica, outros há que não revelam sensibilidade para a questão e se escusam na desculpa de que a ação social em situação de emergência e de crise não é da sua responsabilidade. Os confinamentos provaram que são as pessoas mais vulneráveis, com contratos precários, em trabalho informal, as famílias monoparentais com filhos, na sua maioria mulheres, - por sua vez, as mais precárias dos precários e as primeiras a serem despedidas -, as mais afetadas pela crise económica e social. No entanto, estas pessoas e famílias não estão no espetro das preocupações do Sr. Presidente alegadamente, e segundo ele próprio, por não ser de sua competência. Ora o que os bracarenses precisam de saber é o seguinte: perante a crise social e económica, um presidente de câmara verdadeiramente preocupado com os seus munícipes, teria sido, e pode ainda vir a ser, mais ativo na resolução das dificuldades económicas dos seus munícipes. Mesmo que alegue não ter essas competências na área social, o que não nos parece que seja verdade, precisa mesmo que lhe sejam atribuídas para atuar em

articulação perante a situação tão grave que se abateu sobre o concelho, o país e o mundo?... Será que a resposta assistencialista e voluntária é suficiente e deve ser a única? Achamos que não. O grupo municipal do Bloco de Esquerda lamenta esta visão caritativa do presidente, que descarrega as suas responsabilidades nas respostas assistencialistas, em vez de cuidar dos munícipes mais vulneráveis e que agora necessitam dele. E irão continuar a necessitar do apoio social público nos próximos tempos. Para que conste, não nos cansaremos de denunciar esta atitude negligente. Lembramos ainda que até dia dezanove de abril e não sabendo o que nos reserva o futuro relativamente à crise pandémica, o executivo municipal vai ainda a tempo de se implicar nesta obrigação de cuidar dos munícipes mais vulneráveis em termos económicos e sociais”. Passou-se à apresentação da **ORDEM DE TRABALHOS: PONTO NÚMERO UM – APROVAÇÃO DA ATA DO XII MANDATO NÚMERO VINTE E TRÊS BARRA DOIS MIL E VINTE, DE DEZASSETE DE DEZEMBRO**. Submete-se à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do número dois, do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a ata do décimo segundo mandato número vinte e três barra dois mil e vinte, referente à sessão ordinária de dezassete de dezembro. Posta à votação foi a referida ata **aprovada com uma abstenção**. **PONTO NÚMERO DOIS – CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA**. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as propostas aprovadas nas reuniões do Executivo Municipal de vinte e cinco de janeiro, de oito e de vinte e dois de fevereiro e de oito de março do ano em curso, relativas aos Contratos

Interadministrativos de Delegação de Competências nas seguintes freguesias: Um - União de Freguesias de Arentim e Cunha, para a execução da obra denominada “Alargamento e requalificação da rua da Calçada da Pessa - aditamento”, no montante de treze mil setecentos e quarenta e dois euros e cinquenta e sete cêntimos; Dois - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), para a execução da obra denominada “Calçada da Bouça – alargamento e pavimentação – trabalhos complementares – Escudeiros”, no montante de quinze mil oitocentos e oitenta e oito euros e vinte e seis cêntimos; Três - União de Freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra, para a execução da obra denominada “Pavimentação da travessa Dr. Domingos Soares – Navarra”, no montante de dezanove mil oitocentos e oitenta e seis euros e sessenta e seis cêntimos; Quatro - Junta de Freguesia de Mire de Tibães, para a execução da obra denominada “Pavimentação da rua de Penelas”, no montante de sete mil oitocentos e setenta e sete euros e noventa e seis cêntimos; Cinco - Junta de Freguesia de Pedralva, para a execução da obra denominada “Desmoronamento de muro – rua da Cruz”, no montante de dois mil setecentos e vinte e quatro euros e vinte cêntimos; Seis - Junta de Freguesia de Sequeira, para a execução da obra denominada “Execução de muro de suporte na rua da Boavista”, no montante de sessenta e um mil duzentos e oitenta e um euros e catorze cêntimos; Sete - Junta de Freguesia de Adaúfe, para a execução da obra denominada “Pequenas obras executadas, pavimentações em seis ruas/lugares”, no montante de trinta mil trezentos e noventa e quatro euros e oitenta cêntimos; Oito - União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, para a execução da obra denominada “Espaço do cidadão – remodelação interior do edifício da Junta de Freguesia de Celeirós – espaço do cidadão”, no montante de sessenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e três euros e cinquenta cêntimos; Nove -

União de Freguesias de Lomar e Arcos, para a execução da obra denominada “Parque de lazer da Mouta - trabalhos complementares – aditamento Lomar”, no montante de sete mil quatrocentos e quarenta e nove euros e oito cêntimos; Dez - União de Freguesias de Vilaça e Fradelos, para a execução da obra denominada “Drenagem de águas residuais e pluviais, coletor – avenida do Ciclo – Fradelos”, no montante de dois mil novecentos e treze euros e setenta e três cêntimos; Onze - União de Freguesias de Merelim São Pedro e Frossos, para a execução da obra denominada “Alargamento da rua de Sobremoure – aditamento – Merelim São Pedro), no montante de onze mil quinhentos e oitenta euros e trinta e sete cêntimos; Doze - Junta de Freguesia de Figueiredo, para a execução da obra denominada “Reparação do pavimento da rua do Bairro”, no montante de sessenta e um mil cento e setenta e seis euros e noventa e sete cêntimos; Treze - Junta de Freguesia de Adaúfe, para a execução da obra denominada “Pavimentação da rua cinco de outubro”, no montante de cinquenta e cinco mil seiscentos e oitenta e três euros e cinquenta cêntimos; Catorze - União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves, para a execução da obra denominada “Alargamento e pavimentação da rua Francisco Lopes Gomes – Ferreiros”, no montante de setenta mil cento e setenta e sete euros e sessenta e sete cêntimos; Quinze - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), para a execução da obra denominada “Requalificação da rua de Soutelo – aditamento – Penso Santo Estevão), no montante de quatro mil quatrocentos e cinquenta e um euros e noventa cêntimos; Dezasseis - União de Freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra, para a execução da obra denominada “Requalificação da rua das Boucinhas – Santa Lucrécia de Algeriz”, no montante de cento e onze mil trezentos e trinta e nove euros e dez cêntimos; Dezassete - União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, para a

execução da obra denominada “Requalificação parcial da avenida da Igreja – Celeirós”, no montante de trinta e seis mil vinte e um euros e setenta e seis cêntimos; Dezoito - Junta de Freguesia de Sequeira, para a execução da obra denominada “Rua António Lourenço Martins – trabalhos complementares”, no montante de dezoito mil seiscentos e cinquenta e um euros e trinta e um cêntimos; Dezanove - Junta de Freguesia de Figueiredo, para a execução da obra denominada “Alargamento e pavimentação da travessa do Pinheiro do Bicho”, no montante de dez mil quinhentos e setenta e seis euros e cinquenta e nove cêntimos; Vinte - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), para a execução da obra denominada “Alargamento e beneficiação da rua da Cal – Escudeiros), no montante de trinta e um mil setecentos e noventa e sete euros e seis cêntimos; Vinte e um - União de Freguesias de Este (São Pedro e São Mamede), para a execução da obra denominada “Reparação da rua-calçada do Outeiro”, no montante de seis mil oitocentos e setenta e quatro euros e dez cêntimos; Vinte e dois - União de Freguesias de Lomar e Arcos, para a execução da obra denominada “Reformulação dos passeios da rua da Quinta das Estradinhas – Lomar”, no montante de quarenta e um mil setenta euros e vinte e três cêntimos; Vinte e três - União de Freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra, para a execução da obra denominada “Requalificação da rua de Quintela – Santa Lucrécia de Algeriz”, no montante de cento e quarenta e quatro mil setecentos e vinte e um euros e cinquenta e seis cêntimos; Vinte e quatro - União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, para a execução da obra denominada “Pavimentação da rua da Lamela - Celeirós”, no montante de doze mil duzentos e setenta e quatro euros e oitenta cêntimos; Vinte e cinco - União de Freguesias de Vilaça e Fradelos, para a execução da obra denominada “Requalificação da rua do Marinheiro – Fradelos”, no montante de trinta e oito

*mil setecentos e setenta e dois euros e setenta e sete cêntimos. A Sr.
PRESIDENTE DA MESA informou que o ponto número doze foi retirado da ordem de trabalhos, a pedido do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga. Mais informou que, devido a um parecer enviado pela C.C.D.R.N., nos pontos que diziam respeito às Juntas/Uniões de Freguesia, os respetivos Presidente não deveriam votar. A palavra foi dada ao Sr. Deputado da C.D.U., **PEDRO MIGUEL RODRIGUES SIMÕES CASINHAS**, para fazer um ponto de ordem à Mesa e dizer que: “O parecer que nos foi enviado foi da CCDR. É um parecer não é uma decisão, de facto, e a CCDR não tem tutela nenhuma, sobre as Assembleias Municipais. Se fosse, eventualmente, uma opinião da DGAL, se calhar, a coisa seria doutra forma, sendo um parecer e sendo uma mera opinião, sujeita a poder ser confrontada por muitas outras, não vejo por que razão vamos alterar a prática que temos tido até agora. Acho que podemos manter a prática que tivemos sempre e devemos analisar a questão com alma na próxima conferência de líderes. Portanto, para já, manter as coisas tal como estão, porque não me parece que haja motivo sequer para mudar”. A este propósito, registou-se, ainda, a intervenção do **SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GUALTAR, JOÃO PAULO DE CARVALHO VIEIRA**, para frisar que: “Em relação a isto e sendo, e muito bem, a sua opinião, enquanto Presidente de Junta, de que isto não passa, apenas, de uma opinião jurídica e que deve ser, obviamente, tratada dessa forma. Até acho que isto, tomado assim, pode ser algo que pode ser sensível para a própria Assembleia, no sentido em que na própria Assembleia estão sentados Presidentes de Junta, órgãos que são apenas executivos, não são deliberativos, mas há aqui pessoas que são ao mesmo tempo Deputados e fazem parte dos órgãos deliberativos das freguesias e que, nesse caso, também teriam que se ausentar nas votações, porque eles, nas próprias*

freguesias, irão votar os mesmos contratos. Portanto, isto tem algo que é complexo e acho bem que seja tratado dessa forma e que seja devidamente estudado, porque isso podia trazer outras consequências à própria Assembleia Municipal, que não só a discussão com os Presidentes de Junta. Essa é a minha opinião”. Interveio depois o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA** para, por seu turno, salientar que: “Se é bem verdade, que aquilo que a Comissão de Coordenação decide sobre esta matéria, não se aplica diretamente e não somos obrigados a respeitar, também não é menos verdade, que tem sido por via das comissões de coordenação, que tem sido feita a estabilização e a harmonização da interpretação das normas que se aplicam a estas situações. Julgo que temos uma forma simples de ultrapassar isso, que também já é aplicada noutras Assembleias Municipais. Sem prejuízo, depois, de discutirmos na Comissão Especializada este tema, que é o seguinte: processar-se a votação e a Mesa faz uma referência na ata, que não participaram na votação os Presidentes referenciados nas propostas. Isto era aquilo que diria ser a providencia das cautelas. Se isso, à partida, nos preserva de qualquer tipo de dor de cabeça, não custa nada tomar já esta cautela, ficamos salvaguardados, as Juntas não ficam prejudicadas e os trabalhos são na mesma céleres, ficando a Mesa com a incumbência de fazer este registo na respetiva ata. Por isso, não vale a pena dramatizar, porque isto é uma questão simples e discutiremos, depois, nas comissões ou na Conferência de Lideres a ultrapassagem dessa questão. A ideia de ficar salvaguardada, em sede de ata é, no fundo, para acautelar a posição dos Presidentes de Junta, mas se os Presidentes de Junta entendem que prescindem dessa situação, acho que, de facto, a providência das cautelas nunca deu maus resultados e uma vez que a Comissão de Coordenação já tem tido a maior parte dos seus pareceres homologados entre as várias Comissões de Coordenação, com

vista a cumprir este desiderato e este parecer vem nessa linha, acho que devemos atender e, como é uma questão facilmente resolúvel, acho que não devemos complicar este aspeto, mas estamos disponíveis para ouvir”. Usou ainda da palavra, a este propósito, **o Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para dizer que: “Este parecer jurídico, que nos foi remetido pela Senhora Presidente da Assembleia, é um parecer que nos deve levar a ter em atenção algum cuidado. É um parecer muito complexo. Há um conjunto de articulados legais que se entrecruzam e que muitas vezes fazem pensar que a direção é num sentido e, outras vezes, fazem pensar que é noutro, havendo aqui uma orientação que precisamos de ter o necessário equilíbrio entre a consonância e o conflito. A consonância daquilo que é o papel que têm os eleitos e também o papel dos senhores presidentes de junta, aqui neste espaço, mas, também, o conflito de estar a decidir em causa própria sobre uma obra que vai servir a freguesia, sendo que o interesse público aqui é corporizado pelo executivo ou pelo representante do executivo dessa autarquia. Portanto, aquilo que veio aqui dizer o Sr. Deputado João Granja, o P.S. também partilha. Acho que devemos ter algumas cautelas e evitar que a imparcialidade nas decisões não nos leve a infringir o que estiver legislado, mas, por outro lado, acautelar também essa intervenção e essa decisão. Por outro lado, o que veio dizer aqui o Sr. Presidente da Junta de Freguesia Gualtar, também é bem verdade, porque as assembleias de freguesia aceitam e autorizam aquilo que são delegações de competências nas freguesias. Lembrava aqui, porque já lembrei isto aqui há algum tempo, que algumas delegações aqui efetuadas, nomeadamente, por exemplo, a última relativamente à questão dos apoios socioeducativos não foi aprovada em muitas assembleias de freguesia e é necessário que sejam aceites e autorizadas. Também a reformulação dos acordos de coesão, são um assunto que depois de aqui

aprovadas as alterações, depois daquilo que foi a primeira iniciativa, também têm que ser aceites e autorizadas. Mas o que veio aqui trazer o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Gualtar, é também uma outra questão. Há muitos eleitos municipais, nos quais me incluo, que também têm funções nas assembleias de freguesia e também vamos decidir, aqui, matérias que depois vamos ter que aceitar e/ou autorizar nas assembleias, o que quer dizer que este parecer não está ainda completo. Portanto, é necessário que na próxima reunião de líderes seja feita e aqui, se calhar, até proponho a constituição duma comissão, que possa ser feita e não faltavam excelentes juristas e advogados, que poderão constituir uma comissão criada para o efeito, para estudar as implicações que poderão ter aquilo que hoje o parecer jurídico que a CCDR-N nos enviou pode trazer. Até lá, fazer aquilo que o Sr. Deputado João Granja disse, que parece cauteloso e parece sensato, mas, também, rapidamente perceber aquilo que é mais lato e que não está muito visível naquele parecer que nos foi enviado”. Voltou a usar da palavra

o SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GUALTAR, JOÃO PAULO DE CARVALHO VIEIRA, para salientar que: “Eu não represento, obviamente, as Juntas, estou a falar em nome de uma, e é uma voz que vale o que vale, mas diria que é abrir um precedente, alterar algo que está instituído e os Presidentes de Junta, achamos que nos sentimos eleitos e temos um voto igual aos restantes. Não me parece, em caso algum, e até pelo exemplo que dei, que a circunstância de um deputado duma assembleia de freguesia, que vai ser o órgão deliberativo nisto, na sua freguesia, possa votar e o presidente de junta, que é um órgão executivo, apenas, e que não toma essa decisão, não o possa fazer. Portanto, acho que é muito mais prudente, continuarmos a ter a prática que tivemos até agora e, depois, de um parecer, devidamente fundamentado, e que todos possamos concordar, então sim, haja uma alteração à prática que se fez até

aqui, porque acho que é assim que deve ser”. Seguiu-se a intervenção do **SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIA DE NOGUEIRÓ E TENÕES, JOÃO MANUEL TINOCO RIBEIRO DA SILVA**, para destacar que: “Os eleitos locais têm uma lei a que se têm de sujeitar. Os eleitos locais e, se calhar, em outras assembleias e outras instituições. E o que a Lei diz é muito clara, nem sei porque é preciso um parecer da CCDRN. Quando um dos elementos que pertence à assembleia, tem em discussão ou tratamento ou votação, um assunto que lhe diz diretamente respeito a si ou à sua família, não pode participar na votação. Isto é claríssimo. Está na Lei. Agora, apareceu uma coisa nova. A CCDRN mandou um parecer. Acho que é escusado este parecer. Há aqui uma prática na Assembleia, que contraria esta Lei. Mas, para isso, tínhamos que fazer um outro tipo de votação, quando se desse uma votação sobre atribuição à freguesia duma obra ou qualquer coisa, isso não podia vir em bloco, tinha que vir especificado, porque não posso votar nas obras que são atribuídas a Nogueiró e Tenões, mas posso votar nas que são atribuídas a Gualtar. Portanto, teria que vir tudo seriado, o subsídio de xis ou a obra xis para ser delegado na freguesia xis e o Presidente da Junta da Freguesia que estaria em causa, aí estaria fora da votação, não participaria nem na votação, nem na discussão, estaria fora desse ponto. Isto é o que ocorre na Assembleia de Freguesia, quando um assunto que se vai tratar é sobre, ou implica um elemento que faz parte da Assembleia de Freguesia ou da sua família. Já tinha acontecido várias vezes, às vezes na permuta de terrenos e dessas coisas todas. Lembro-me do último, havia uma cedência dum terreno particular, para o alargamento do cemitério e o Senhor que oferecia esse terreno, era um elemento da assembleia e, quando fomos discutir esse ponto, o Senhor não estava presente, embora fosse elemento da assembleia, fazendo-se substituir, nessa altura. Isto é normal. É da Lei. Agora, não sou jurista

e, portanto, *à* coisas que eu não entendo, mas se calhar estarão aqui presentes na Assembleia juristas. Achava desnecessário este parecer da CCDRN. É da Lei, quando um elemento ou um Deputado da Assembleia vai defender ou vai julgar ou vai votar em causa própria, não pode pronunciar-se, nem participar na discussão e muito menos na votação”. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para dizer que: “As leis da República não podem ser plebiscitadas pela Assembleia Municipal de Braga. Acho que qualquer cidadão percebe isso. Agora, a Senhora Presidente da Assembleia tem toda a legitimidade, porque tem que conduzir a Assembleia, de pedir pareceres para a conduzir de acordo com a Lei. Este parecer, tanto quanto sei, não é recente, já houve outros para outras Assembleias com o mesmo teor, já tínhamos conhecimento dele. Ainda posso condescender, que a reunião se faça, com a salvaguarda, ou não, que os meus colegas de bancada fizeram e que a Comissão de Líderes discuta esta questão com a Senhora Presidente da Assembleia, porque é a quem compete discutir isto. Agora, estamos a perder tempo, porque não podemos plebiscitar a Lei, isso é um disparate, não faz sentido nenhum”. Usou novamente da palavra o **SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GUALTAR, JOÃO PAULO DE CARVALHO VIEIRA**, para dizer o seguinte: “Estamos a confundir aqui muitas coisas. Primeiro, é um parecer, não é nenhuma Lei. Um parecer interpretou a Lei. O próprio Sr. Deputado João Tinoco já votou muitas vezes coisas na freguesia dele e, portanto, nunca isto foi problema. E para mim nunca foi problema e não me parece que seja problema, até porque isto não é uma questão pessoal, não me represento, enquanto pessoa, represento enquanto órgão executivo, para o qual fui eleito, estou cá e tenho um voto. Tenho uma interpretação muito diferente e acho que devia ser feita uma nova interpretação, um novo pedido à DGAL, a outras

entidades, para confrontarmos se isto é ou não assim. Volto a chamar atenção de que interpretando à letra e desta forma, o que vem escrito neste parecer em relação aos Presidentes de Junta teriam, provavelmente, que olhar para os Senhores Deputados que, enquanto Deputados, também são membros das Assembleias de Freguesia e que, na mesma circunstância, vão deliberar o que aqui aprovaram nas suas Assembleias de Freguesia. Isto pode ser muito complicado. Portanto, há que haver algum cuidado e há que antes de tomar decisões, e foi por isso que eu cá vim falar, temos que ter cuidado antes de tomar decisões, acautelar se essas decisões correspondem a algo que pode depois condicionar-nos a todos e à própria Assembleia e ao funcionamento da Assembleia”. O Sr. Deputado do P.S.D., **JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA** usou novamente da palavra para referir: “Senhora Presidente, para sintetizar o nosso ponto de vista que foi também sufragado pela liderança da bancada do P.S., visa avançar rapidamente com a aprovação do ponto. Salvaguardar, dentro da lógica da providência das cautelas, o respeito por um parecer que não nos cabe a nós discutir aqui se concordamos, se não concordamos, se abre a porta para o que quer que seja, ficando o compromisso de, na próxima Conferência de Líderes, discutirem o tema e vamos daqui para a frente, alinhar as nossas práticas, em função daquilo que aí for deliberado. Hoje, para salvaguarda a posição de todos os membros da Assembleia, faríamos a votação nestes termos e passaríamos de imediato à aprovação das propostas de apoio, quer deste ponto, quer do seguinte, ficando salvaguardado a não participação dos Presidentes de Junta indicados. Para salvaguardar essa posição, ficar em sede de ata, nem obriga a que os Presidentes de Junta se tenham que ausentar da sala sequer. Por isso, sugeria que andássemos em frente porque há muita coisa para deliberar e julgo que isto já está discutido e já está percebido a

posição do Presidente de Junta que expressou a sua opinião. Em sede de Conferência de Líderes, vamos ter tempo e todos os mecanismos e os recursos, para aprofundar e dissecar o tema, como ele, eventualmente, merecerá”.
Interveio, ainda, o **SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE, FRANCISCO MANUEL PEREIRA DA SILVA**, para dizer: “Penso que aqui começa a abrir um precedente, muito grave, porque a Lei que regula, também não sou jurista, mas a Lei que regula os órgãos autárquicos, é a Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze e, nessa Lei, no artigo décimo oitavo, o Presidente da Junta de Freguesia representa a Junta, nomeadamente, na Assembleia Municipal. E, depois, na Assembleia Municipal, não vejo ninguém que tenha mais direitos uns do que os outros. Todos temos direitos. Mas há outra coisa que tenho algum receio, porque também já há muitos pensadores que querem tirar os Presidentes de Junta das Assembleias Municipais. Sei que não é e espero que não seja, mas para aí também se começa a caminhar. Portanto, os Presidentes de Junta estão cá, representam uma população, são eleitos pelo povo e representam esse mesmo povo e custa-me a aceitar, que um Presidente de Junta possa ver inibida a sua condição de Deputado Municipal. Para mim é isso que está em causa. Mas são opiniões. Penso que, em termos práticos, não é o voto do Presidente de Junta que vai anular, estamos a ver em termos éticos e em termos políticos. É um parecer. Também tenho pareceres para todos os gostos e os advogados, estão aqui muitos, fazem pareceres ao gosto daqueles que querem. Se for isso, vou ter que aceitar, porque a Mesa, se calhar, vai deliberar nesse sentido de ficar registado que o Presidente de Junta não vota. Agora, penso que nessa reunião da Comissão de Líderes, espero que também estejam lá Presidentes de Junta, estão os Independentes. Não sei se terá também de ser discutido com os outros Presidentes de Junta”. A **SR^a. PRESIDENTE DA**

MESA informou que se poderia votar alínea por alínea ou, então, o ponto no seu todo e ficar em ata que alínea a alínea, o Presidente da Junta ou da União de Freguesias respetivo não votou. Depois, o assunto seria discutido. Postas à votação foram as referidas propostas **aprovadas com duas abstenções, não tendo participado na discussão e na votação os Presidentes das Juntas/União de Freguesia referenciados em cada uma das propostas.** **PONTO NÚMERO TRÊS – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A DIVERSAS JUNTAS DE FREGUESIA.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, as propostas aprovadas nas reuniões do Executivo Municipal de vinte e cinco de janeiro, de oito e de vinte e dois de fevereiro e de oito de março do ano em curso, relativas à atribuição de apoios financeiros, nos termos do preceituado na alínea j), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, às seguintes Juntas de Freguesia: Um - Junta de Freguesia de Adaúfe, destinado a apoiar a “Aquisição e instalação de dois abrigos de passageiros de transporte público”, no valor de seis mil e duzentos euros; Dois - Junta de Freguesia de Ruílhe, destinado a apoiar a “Obra da zona envolvente da casa mortuária de Ruílhe”, no valor de sessenta e nove mil quinhentos e dois euros e vinte e sete cêntimos; Três - Junta de Freguesia de Gualtar, destinado a apoiar o “Espaço do cidadão e do posto dos CTT”, no valor de nove mil duzentos e um euros e sessenta e um cêntimos; Quatro - União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, destinado a apoiar a “Aquisição e instalação de abrigo de passageiros de transportes públicos”, no valor de três mil e cem euros; Cinco - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), destinado a apoiar os “Honorários da prestação de serviços do projeto de requalificação da rua do Caminho da Bouça”, no valor de setecentos e trinta e sete euros e vinte cêntimos; Seis - União de Freguesias de

Crespos e Pousada, destinado a apoiar a “Requalificação do polidesportivo de Crespos”, no valor de vinte e oito mil quatrocentos e nove euros e cinquenta e nove cêntimos; Sete - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), destinado a apoiar os “Honorários da prestação de serviços do projeto de requalificação da rua de Soutelo”, no valor de dois mil e quatrocentos euros; Oito - União de Freguesias de Este (São Mamede e São Pedro), destinado a apoiar a “Requalificação da sede da Junta de Freguesia de São Mamede”, no valor de dez mil quatrocentos e quarenta e um euros; Nove - União de Freguesias de Nogueiró e Tenões, destinado a apoiar a “Obra de ampliação do centro cívico-bar”, no valor de vinte e oito mil setecentos e cinquenta e quatro euros e noventa e quatro cêntimos; Dez - União de Freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra, destinado a apoiar a “Aquisição e instalação de abrigo de passageiros de transportes públicos”, no valor de seis mil e duzentos euros; Onze - Junta de Freguesia de Priscos, destinado a apoiar a “Aquisição e instalação de abrigo para passageiros dos transportes públicos na avenida Padre Manuel Joaquim Rebelo”, no valor de três mil e cem euros; Doze - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), destinado a apoiar a “Requalificação da rua dos Pardieiros (acordo de cedência)”, no valor de quatro mil euros; Treze - União de Freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra, destinado a apoiar a “Elaboração do projeto de requalificação da rua das Boucinhas – Santa Lucrécia de Algeriz), no valor de mil novecentos e noventa euros; Catorze - Junta de Freguesia de Esporões, destinado a apoiar a “Aquisição e instalação de abrigos em paragens de autocarros para utentes dos transportes públicos”, no valor de doze mil e quatrocentos euros; Quinze - União de Freguesias de Cabreiros e Passos São Julião, destinado a apoiar a “Elaboração do projeto de requalificação da rua da Veiga”, no valor de três mil

e setenta e cinco euros; Dezasseis - Junta de Freguesia de Adaúfe, destinado a apoiar as “Obras de melhoramento na praia fluvial”, no valor de quinze mil setenta e um euros e trinta e cinco cêntimos; Dezassete - União de Freguesias de Merelim São Pedro e Frossos, destinado a apoiar os “Honorários para o projeto do alargamento da rua de Sobremoure – Merelim São Pedro”, no valor de cinco mil quinhentos e trinta e cinco euros; Dezoito - Junta de Freguesia de Sequeira, destinado a apoiar os “Honorários do projeto da rua do Pedregal, rua da Breia e rua de Trás o Rio”, no valor de nove mil novecentos e sessenta e três euros; Dezanove - Junta de Freguesia de Sobreposta, destinado a apoiar a “Aquisição e instalação de abrigo de passageiros de transportes públicos, no valor de nove mil e trezentos euros; Vinte - União de Freguesias de Vilaça e Fradelos, destinado a apoiar as “Obras no edifício da Junta de Freguesia de Fradelos”, no valor de catorze mil quatrocentos e dez euros e dezassete cêntimos. Neste ponto da ordem de trabalhos registou-se a intervenção do **Sr. Deputado da C.D.U., PEDRO MIGUEL RODRIGUES SIMÕES CASINHAS**, para solicitar que a votação se produzisse em separado, num lote ou, eventualmente, em dois lotes. Pretendiam separar as alíneas cinco, sete, quinze, dezassete e dezoito, todas elas correspondiam a apoios relativos a projetos. No seu entendimento, os projetos para essas obras, deveriam ser feitos internamente na Câmara Municipal, pelo gabinete de projetos da Autarquia. Pelo número de projetos que ali figurava, ficava demonstrada a importância de reforçar, com meios técnicos e humanos, esse mesmo gabinete, em vez de estarem constantemente a criar apoios financeiros, para que o projeto fosse feito fora. Postas à votação foram **todas as alíneas, exceto a 5), 7), 15), 17) e 18) - Aprovadas com duas abstenções; alíneas 5), 7), 17) e 18) - Aprovadas com quatro votos contra e com duas abstenções; alínea 15) – Aprovada com cinco votos contra e com duas abstenções, não tendo**

participado na discussão e na votação os Presidentes das Juntas/Uniões de Freguesia referenciados em cada uma das propostas. A palavra foi dada ao SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE, FRANCISCO MANUEL PEREIRA DA SILVA para, numa Declaração de Voto, justificar o seu voto contra. Sentia uma grande tristeza por votar contra um apoio a um subsídio para uma Junta de Freguesia, porque as freguesias tinham que ser apoiadas. O voto contra o apoio atribuído à União de Freguesias de Cabreiros e Passos São Julião, queria que ficasse claro, não era contra a obra, ela tinha que ser feita, estava a decorrer, fazia falta e era necessária. O problema tinha a ver com os limites de freguesias, que era aquilo que vinham a fazer há muito tempo. Havia um erro crasso na CAOP e essa rua, maioritariamente, pertencia à freguesia de Semelhe. Teve o cuidado de falar com o seu colega, pedindo-lhe que, porque não podiam pôr em causa o serviço que tinha que ser feito e as obras tinham que ser feitas, embora na CAOP estivesse legalmente e formalmente tudo direitinho, fosse a Câmara Municipal a fazer a obra. Como uma entidade independente, poderia fazer a obra, o resultado seria o mesmo e não havia ali querelas políticas e até de freguesias. Estavam nas comissões de toponímia a tentar resolver esse problema de limites e isso causava constrangimentos. Todos os seus colegas tinham problemas de limites. Aproveitava para fazer uma recomendação à própria Câmara, que nessas situações, onde havia questões de limites, fosse até a própria Autarquia a fazer a obra, para evitar esse tipo de constrangimentos. Custava-lhe muito estar ali a fazer aquele papel, só que que não se sentiria bem, como representante político duma freguesia, que visse os seus limites, as suas terras, na sua opinião, a ser invadidas e não se pronunciarem. Portanto, aquilo que pretendia era que ficasse claro que não estavam contra a obra, a obra era necessária, iria resolver um

problema de estacionamento, por exemplo, nos dias de jogos, no campo de Cabreiros, só que deveria ser resolvida, deveria ser feita pela Câmara Municipal, para evitar isto. Foi só por causa disso que votou contra o apoio ao subsídio. Teve pena, e aí e o erro era seu, não se ter apercebido porque vinha tudo em avalanche, quando foram votadas as delegações de competências, não se apercebeu da obra e votou favoravelmente, quando foi para a delegação da obra.

PONTO NÚMERO QUATRO – CORREÇÕES MATERIAIS DA SEGUNDA REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE BRAGA. *Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de vinte e cinco de janeiro do ano em curso, relativa às correções materiais da segunda revisão do Plano Diretor Municipal de Braga, nos termos do preceituado na alínea b), do número um, do artigo centésimo vigésimo segundo do Decreto-Lei número oitenta barra dois mil e quinze, de catorze de maio, que incidem sobre as cartas cinquenta e seis ponto três e setenta ponto um da Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo do PDM quinze, documentos que se dão por reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. Colocado à discussão, usou da palavra o Sr. Deputado da C.D.U., **PEDRO MIGUEL RODRIGUES SIMÕES CASINHAS**, para salientar que: “O ponto que estamos aqui a apreciar parece simples e pacífico, mas não. Se quanto a duas correções materiais não existem dúvidas, uma por resultar de um erro de cadastro e outra de um erro de diagnóstico, em que numa se aplicou a qualificação do solo certa à parcela errada e na outra sempre existiu um equipamento que não foi identificado como tal e agora passa a sê-lo. Nos outros dois casos a situação faz levantar o sobrolho. Ora, tratam-se de duas parcelas propriedade do município, que albergam e albergaram equipamentos essenciais ao funcionamento da cidade e*

que queremos que assim continue no futuro. Que a central de camionagem o continue a ser e que o antigo quartel da Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga possa vir a albergar outros serviços, como a Polícia Municipal à qual bem falta fazer instalações condignas e com melhores acessibilidades. O que assistimos é, no caso da Rua do Ferraz a uma alteração da qualificação de Espaço de Uso Especial - Equipamentos para Espaço Central e não a uma correção de um erro material. Esta alteração, sublinhe-se alteração, é fundada no uso que, entretanto, cessou (um pouco ao contrário do que se passa com a Cruz Vermelha) e não no uso que deverá vir a ter, numa visão algo estranha do planeamento que o esvazia a mero levantamento funcional e, já agora, cadastral. No caso da Central de Camionagem o que vemos é, perante um erro onde se classificou um edifício como rede rodoviária a sua correção proposta não é, pasme-se, reclassificar como equipamento, o uso que efetivamente tem e que queremos que se mantenha a ter por muito e longo tempo e que seria a proposta expectável em coerência com as restantes. Não, o que se propõe é incluir a parcela no Espaço Central. Sim, é verdade que o Espaço Central admite a existência de equipamentos, mas é igualmente verdade que admite uma edificabilidade diferente, com índices diferentes e, essencialmente, usos e funções diferentes das dos equipamentos, que o Decreto Regulamentar número cinco de dois mil e dezanove impõe serem "afetos à provisão de bens e serviços destinados à satisfação das necessidades coletivas dos cidadãos, designadamente nos domínios da saúde, da educação, da cultura e do desporto, da justiça, da segurança social, da segurança pública e da proteção civil". A lógica ditaria que estas duas parcelas, que são de facto equipamentos e que nunca ouvimos alguém arguir que não o deviam ser, como estes seriam classificadas. Não vislumbramos qualquer racionalidade na proposta, que não o preparar terreno para uma futura

alienação, garantindo mais graus de liberdade a putativo comprador. Por isso, destes dois pontos discordamos e se, vencidos, manter-nos-emos vigilantes acerca do futuro”. Pediu, ainda, à Mesa, se possível, fossem votadas em separado. Postas à votação: **Ponto um – Aprovado com vinte abstenções; Ponto dois – Aprovado com dezoito abstenções e com seis votos contra; Ponto três – Aprovado com dezasseis abstenções e com seis votos contra; Ponto quatro – Aprovado com dezoito abstenções.** **PONTO NÚMERO CINCO – CANDIDATURA AO INCENTIVO AO INVESTIMENTO: FRITEMPO – COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE FRIO E AR CONDICIONADO LDA.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o Regulamento Municipal de Concessão de Incentivos ao Investimento, a proposta aprovada em reunião do Executivo de oito de fevereiro do ano em curso, relativa à candidatura apresentada pela empresa FRITEMPO – Comércio de Equipamentos de Frio e Ar Condicionado, Limitada, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. A palavra foi dada ao **SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ESPORÕES, JOÃO DA SILVA OLIVEIRA**, para pedir que ficasse registado em ata, que não iria votar aquele ponto, por ser sócio gerente daquela empresa. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com duas abstenções, não tendo participado na votação o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Esporões.** **PONTO NÚMERO SEIS – ELABORAÇÃO DO PROGRAMA INTERMUNICIPAL PARA OS SACROMONTES.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea d), número quatro, artigo centésimo nonagésimo primeiro do Decreto-Lei número oitenta barra dois mil e quinze, de catorze de maio (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), a proposta aprovada na reunião do Executivo Municipal de catorze de dezembro do

ano transato, relativa à elaboração do Programa Intermunicipal para os Sacromontes, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Aberta a discussão, passou a usar da palavra a **Sr^a. Deputada do B.E., MARIA ALEXANDRA NOGUEIRA VIEIRA** que, a propósito, disse: “O grupo do B.E. vai votar favoravelmente este programa intermunicipal para os Sacromontes com o Município de Guimarães e subscreve o conceito de paisagem com o património que deve ser preservado. Alimenta o B.E. a esperança de que este programa contagie e inspire o executivo municipal sobre como se trata o património, os espaços públicos e as zonas verdes. Dois concelhos vizinhos e tão, tão distantes, no que diz respeito às ideias do que deve ser uma cidade e a sua envolvência. Esperamos que esta proximidade permita ver como a dezoito quilómetros de distância se considera, reabilita e viabiliza o património, num dos exemplos de como é possível o equilíbrio entre as atividades económicas e o turismo e a preservação dos espaços identitários de comunidade de pertença arquitetónicos e patrimoniais. Guimarães é uma referência na oferta de espaços de fruição da cultura, de espaços públicos e de equipamentos diversos, em locais espalhados pela cidade, desde a Fábrica da Asa e a zona de couros, onde funcionam a Ciência Viva, o Instituto de Design e o equipamento social, a antiga fábrica de plásticos, transformada num Museu da Memória. O salto qualitativo estará, certamente, na classificação com o património mundial, algo que Braga está irremediavelmente afastada e no cumprimento do quase exaustivo do Plano de Reabilitação do Centro Histórico da cidade, definido há mais de quarenta anos, pelo Arquiteto urbanístico Nuno Portas e pelo Arquiteto Fernando Távora, contrariando a gentrificação, isto é, a expulsão dos moradores e das famílias, para dar lugar a residências para outra famílias com elevados rendimentos, o excesso de alojamento local, a concentração de restaurantes e de bares, algo que

sucedem em Braga há décadas, diga-se. Como temos vindo a denunciar, Braga está num processo de “disneylização” e a tornar-se na cidade de fachada, falsa no seu interior, uma cidade “Playmobil”, como já tivemos oportunidade de o dizer. Nesse sentido, o Grupo Municipal do B.E. vota favoravelmente, mas não quer deixar de mostrar a sua preocupação, quanto às dinâmicas especulativas que enchem o centro da cidade de Braga e comprometem o seu presente e o seu futuro”. Seguiu-se a intervenção da **Sr^a. Deputada do P.S.D., MARIA ESTER DA SILVA TAVEIRA** para, a este propósito, destacar: “Qual coroa salvífica da nossa augusta cidade de Braga, os Sacromontes do Bom Jesus, do Sameiro e da Falperra, este partilhado com o contíguo concelho de Guimarães, verdejam e enriquecem salutarmente o espírito dos cidadãos, sejam eles autóctones, sejam forasteiros. Na verdade, é impossível ficar indiferente quer à diversidade da beleza que a natureza deste território tão generosamente oferece, quer à do património nele laboriosamente edificado pelo homem ao longo dos séculos, graças ao engenho e arte de povos castrejos aqui sediados e sobremaneira, mais perto de nós no tempo, ao génio criativo de artistas superiores, como Carlos Amarante e André Soares. Todavia, a enorme valia deste vasto território único, de dois mil e quinhentos hectares, periga, sempre que catástrofes, como as chamadas que parcialmente o devoraram em outubro de dois mil e dezassete, assustadoramente o ameaçam. Cientes da grande importância deste património classificado para a região Norte de Portugal e dos graves perigos a que permanentemente ele está exposto, bem como da responsabilidade que sobre os responsáveis autárquicos impende de o preservar ileso para as gerações vindouras, os Senhores Presidentes das Câmaras Municipais de Braga e de Guimarães, Ricardo Rio e Domingos Bragança, respetivamente, firmaram, em dezoito de junho de dois mil e dezoito, o protocolo que conduziria à elaboração

da proposta de Programa Intermunicipal para os Sacromontes, proposta esta que - aprovada, no caso do município de Braga, em sede de reunião do respetivo Executivo de catorze de dezembro de dois mil e vinte - agora se submete à aprovação desta Assembleia, nos termos do disposto na alínea d), número quatro, artigo centésimo nonagésimo primeiro do Decreto-Lei número oitenta barra dois mil e quinze, de catorze de maio. Por esta via se pretende, como consta do texto do Programa, de forma pioneira a nível nacional, proteger bens materiais, incluindo o cuidado e valorização da área florestal que envolve os espaços sagrados, e a segurança de pessoas e bens, através de uma concertada estratégia de defesa contra incêndios; valorizar, reabilitar, restaurar e promover o património natural e edificado; definir mecanismos de operacionalização do Programa, através de ações para a gestão ativa e a valorização da paisagem florestal; aprovar, de modo integrado, toda a área e todos os recursos disponíveis, como um todo de elevado valor patrimonial e turístico. Atento o exposto, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata desta Assembleia saúda o trabalho de cooperação desenvolvido entre os dois municípios contíguos - Braga e Guimarães - no sentido da preservação e salvaguarda de um compartilhado território tão singularmente rico". **Interveio o SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ESPORÕES, JOÃO DA SILVA OLIVEIRA,** para manifestar a enorme satisfação por aquela iniciativa da qual a Junta de Freguesia de Esporões era parceira e a intervenção ao nível daquele programa iria resolver um enorme problema que tinham em Esporões, nomeadamente a Santa Marta das Cortiças. E que, finalmente, ao final de décadas, foi tomada uma posição para preservar, manter, qualificar e tornar visível ao concelho de Braga, e não só, a todos os que nos visitavam, a enorme riqueza arquitetónica que tinha o espaço. Portanto, era um momento muito importante, para a Freguesia de

*Esporões porque, de facto, aquele local tão lindíssimo, tinha sido, muitas vezes, usado para muitos outros fins. Tinha-se destruído, ao longo das últimas décadas, e aquela intervenção iria, de facto, valorizar todo aquele espaço, iria trazer dignidade, segurança, iria, com certeza, afugentar más visitas que muitas vezes frequentavam aquele espaço. Na qualidade de parceiros da Câmara Municipal, queriam registar, de forma muito veemente, aquele programa do Sacromontes porque, de facto, registava uma nova viragem de página e entrava num novo tempo que iria enaltecer, também, aquele espaço. Depois foi a vez da **Sr^a. Deputada do C.D.S.-P.P., ANA LEONOR PIZARRO BRAVO DA SILVA PEREIRA** se pronunciar sobre a mesma matéria tendo, para o efeito, referido que: “Tendo a sua centralidade nos três santuários bracarenses, a Capela de Santa Maria Madalena, o Santuário do Sameiro, Bom Jesus do Monte, a Capela de Santa Marta do Leão, que desde logo potenciam o turismo religioso, este projeto ganha a inda mais importância turística, com a inclusão dos povoados castrejos de Santa Marta das Cortiças, Briteiros e Sabroso. Neste conjunto edificado relembro a importância arquitetónica, da Capela de Santa Maria Madalena como um dos melhores exemplos do rococó do arquiteto bracarense André Soares, também ele responsável por outros edifícios em Braga como a sede dos Paços do Concelho, e que este ano, devido às circunstâncias, comemoramos os trezentos anos do seu nascimento. A importância ambiental deste território comum, apesar de ferido pelos incêndios de dois mil e dezassete, é também salvaguardada neste programa que prevê "a recuperação da área florestal que envolve os espaços sagrados ou sacralizados". Chamo a atenção para a importância do investimento na floresta organizada, autóctone até por uma questão de saúde pública. Este é um processo que tem vindo a ser desenvolvido por este executivo, dentro do que as suas competências lhe permitem. Um*

*trabalho feito também com outras entidades na recuperação daquilo que é nosso, de todos. A distinção que o Bom Jesus recebeu de Património Mundial da UNESCO assim como o centro histórico de Guimarães, potencializa ainda mais este projeto comum. Este é um programa que permite articular estratégias dentro do turismo religioso, cultural e natural que criam e robustecem uma oferta regional competitiva. Considerando o projeto em si, acreditamos que este protocolo trará inúmeras vantagens para os dois territórios e que este trabalho conjunto permitirá ainda mais a valorização e afirmação de Braga”. Por tudo isso, o CDS-PP votaria favoravelmente aquele ponto. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada por unanimidade**. A Sr.^a. **PRESIDENTE DA MESA** solicitou uma reunião com os líderes das bancadas. **PONTO NÚMERO SETE – HASTA PÚBLICA DE DOIS LOTES DE TERRENO, SITOS NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE – SOCIEDADE “ACRESCENTAR, S.A.”**. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea i), número um, artigo vigésimo quinto da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro a ata aprovada na reunião do Executivo Municipal de vinte e oito de dezembro do ano transato, relativa ao ato público com vista à adjudicação definitiva da alienação de dois lotes de terreno, sitos na União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe à Sociedade “Acrescentar S.A.”, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Deu início à discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o Sr. **Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, referindo que: “Este é um daqueles pontos em que me apetecia usar aquela frase do Vitorino que ‘não sei do que se trata, mas voto contra’. De facto, trazer à Assembleia Municipal, praticamente sem fundamentação, um negócio que ultrapassa ou ultrapassaria, eventualmente se se*

concretizasse na sua totalidade, mais de um milhão de euros, não me parece uma boa prática. Ou seja, a Câmara faz uma hasta pública em que só aparece um comprador, para alienar três lotes de terreno, só vende dois, cujo valor totaliza novecentos mil e setenta e dois euros. A venda de terrenos, pelo preço, aquilo que nos sugere é que são terrenos com capacidade construtiva. Exatamente, para couves era muito caro, couves ou qualquer outro legume, era caro. Sabendo nós o défice de habitação que existe no concelho de Braga e tendo a Câmara terrenos com aptidão construtiva, qual é a razão para a Câmara alienar estes terrenos, não sabemos se bem se mal, a Junta onde eles estão localizados saberá, em vez de contruir. Ou seja, se temos tudo, temos as ferramentas todas e temos um défice de habitação, é evidente que o plano não está cá hoje em discussão e também já desafio o Senhor Presidente, quando for a altura própria, que justifique a retirada do ponto, não percebemos bem porquê, gostaríamos de saber, mas, de facto, abdicar desta capacidade, desta possibilidade é inexplicável. Ou seja, porque é que se aliena o terreno com capacidade construtiva, em vez de se construir e, depois, vai-se comprar, eventualmente, outros terrenos, provavelmente por um preço muito superior a isto e tem que haver um motivo para esta hasta pública, devia ter sido motivado. A Assembleia devia saber, vamos vender este terreno, como se queria vender a Confiança, porque a Câmara está nas lonas e não tem dinheiro de tesouraria. Ou seja, tem que haver uma justificação muito ponderosa para se fazer uma coisa destas”. Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para dizer que: “O grande desafio que vai, sobretudo, ter um grande reforço nas próximas eleições autárquicas é o da habitação. Todos sabemos que a habitação é uma das medidas sociais emergentes e que cada vez ganha mais força naquilo que é o avanço social, sobretudo das famílias. Não vale a pena estar aqui a dissertar muito sobre

o efeito que a habitação tem sobre alavancagem duma família, na sua integração social e no espaço que o alavanca para se projetar na sociedade. A verdade é que estes dois lotes de terreno poderiam servir, perfeitamente, para servir na estratégia local de habitação, como também, um espaço a ser utilizado para colmatar alguma necessidade que o concelho de Braga tem para habitação, nomeadamente, na substituição de algumas habitações que não terão recuperação, mas, também, na oferta da habitação, sobretudo para que possamos fixar casais jovens, para que possamos fixar casais socialmente e financeiramente mais degradados, sob o ponto de vista financeiro. E, portanto, dizer que a venda destes dois lotes será, não direi que é um atentado, mas acho que é uma perda muito grande duma reserva que a Câmara deveria ter, para poder disponibilizar, nomeadamente em construção a custos controlados, para poder satisfazer as necessidades de casais jovens ou de famílias carenciadas. Acho que estes dois lotes encaixariam, perfeitamente, naquela que vai ser a proposta de estratégia local de habitação e, portanto, o PS abster-se-á nesta matéria, caso este ponto não possa ser realterado e vamos perder, dessa forma, também, essa capacidade de poder dispor duma reserva para este efeito". Interveio, também, o **SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE, FRANCISCO MANUEL PEREIRA DA SILVA**, para salientar que a sua intenção de voto era a abstenção, porque tinham feito um pedido, em tempos idos, pensando que era terreno de equipamento, à Câmara Municipal, que aquele terreno fosse um espaço verde, tendo em conta a capacidade ou a densidade construtiva da zona. Situava-se mesmo no Parque Norte, tinha lá muita habitação e o facto era que aqueles terrenos, segundo sabia, foram dados, como permuta das taxas. Entendia que a Câmara Municipal quisesse recuperar o valor das taxas que, de certa forma "perdeu", recebeu em terreno. Sabia que, pelo

menos, pela informação que tinha, em termos de taxas, a Câmara Municipal não recebeu, recebeu terreno, recebeu à volta de quatrocentos e tal mil euros. “Feitas as contas, Senhor Presidente, se foram vendidos por novecentos e setenta e sete mil, sobram, ou seja, a Câmara teve um lucro, encaixou um lucro de mais de meio milhão. Ia pedir meio milhão para Real, Dume e Semelhe, mas o Deputado João Granja começava a olhar para mim, começava a reclamar, para Real, Dume e Semelhe, vou pedir só duzentos e cinquenta mil. Agora, falando um pouco a sério, o que vou pedir é que, pelo menos, parte desta verba que a Câmara agora vai receber, que seja investida na Freguesia, que seja, por exemplo, recuperada a ribeira, o quanto antes, porque há projetos para lá, aquele espaço precisa de uma intervenção, sobretudo, junto à ribeira na regularização da ribeira. Portanto, que esse investimento seja feito na zona onde, de certa forma, a Câmara foi buscar este lucro”. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com dois votos contra e com vinte abstenções.** **PONTO NÚMERO OITO – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVAMENTE AO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA FORNECIMENTO DE GASOLEO – TUB-EM.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a proposta aprovada na reunião do Executivo Municipal de oito de fevereiro do ano em curso, nos termos da alínea c), do número um, do artigo sexto da Lei número oito barra dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, com as alterações subsequentes, relativa à assunção de compromissos plurianuais respeitante ao procedimento de concurso público internacional para fornecimento de gasóleo, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com vinte e seis abstenções.** **PONTO NÚMERO NOVE – DELEGAÇÃO DE PODERES PARA A COBRANÇA COERCIVA**

DAS DÍVIDAS PROVENIENTES DE TAXAS E TARIFAS DEVIDAS PELA UTILIZAÇÃO DE ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA, ATRAVÉS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL, NOS TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA, E.M. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta aprovada na reunião do Executivo Municipal, realizada em oito de fevereiro do ano em curso, relativa à delegação de competências e poderes de autoridade necessários para a realização da cobrança coerciva das dívidas provenientes de taxas e tarifas devidas pela utilização de Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, através do processo de execução fiscal, no Presidente do Conselho de Administração dos Transportes Urbanos de Braga, E.M., com a faculdade de subdelegação num dos vogais do órgão de administração da mencionada empresa municipal, nos termos e com os fundamentos constantes da aludida proposta, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Aberta a discussão, começou por intervir a **Sr.^a Deputada da C.D.U., RITA COSTA PINTO DE BARROS**, para destacar que: “A CDU teve já, anteriormente, a oportunidade de se pronunciar contra a delegação de poderes de fiscalização e cobrança de estacionamento em espaço público à TUB, EM, pelo que votará contra esta proposta que dela decorre. Não podemos concordar com este esvaziamento de competências da Polícia Municipal, que é, sem dúvida, a autoridade melhor habilitada para cumprir estas funções. Consideramos, ainda, que a TUB, EM deve focar-se em elevar a resposta às necessidades dos utentes do transporte público neste concelho, e não de desviar as suas atenções para o cumprimento de uma competência que outra entidade mais qualificada pode cumprir”. Usou depois da palavra o **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para, a propósito, revelar que: “Eu

poderia dizer isto numa declaração de voto, mas fica aqui a nossa posição expressa. É que, de facto, este tipo de delegação de competências, no limite, não sei o que é que aconteceria se a empresa ainda fosse do Salvador. Se, eventualmente, fosse, na nossa opinião, púnhamos um lobo a guardar o rebanho. Ou seja, isto de privatizar a justiça e, no limite, é isso, é aí que atitudes como estas nos conduzem, acho que não fazem sentido. Tal como disse a colega da CDU, isto é competência da Polícia Municipal e aí deve continuar e devem, inclusivamente, evitar-se abusos nesta situação, porque já tive oportunidade de dizer isso, não sei se aqui, se noutro âmbito, está a acontecer, por exemplo, que os Transportes Urbanos de Braga aplicam uma multa e, depois, a seguir, comunicam à Polícia Municipal que vai rebocar a viatura. Ou seja, este dinheiro devia ser devolvido aos munícipes. O Regulamento, para já, não prevê isso. A justificação que dão é que se aplica o Código das Estradas e consideram estacionamento abusivo. Quanto a nós, abusivo é, de facto, cobrar cento e tal euros a um munícipe, que pôs o carro, por qualquer motivo não pode ir tirá-lo, passa o fiscal, aplica a multa e como não o foi tirar num espaço de duas horas ou coisa no género, vem a Polícia Municipal aplica-lhe o Código da Estrada e reboca o

Parece-me um exagero e acho que isto devia ser controlado e o Executivo Camarário devia saber que estas coisas se passam e evitar”. **O Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA,** interveio para salientar que:

“O Partido Socialista tem, relativamente a esta matéria, algumas dúvidas e a sua posição vai ser de abstenção. Mas importa dizer aqui algumas coisas, como reflexão a uma situação que a todos interessa e que também nos responsabiliza. É que com esta delegação de competências, os Transportes Urbanos de Braga, passam a ter interesse em causa própria. São eles que fazem a fiscalização, são eles que multam e são eles que decidem sobre qualquer ocorrência que haja. Ora,

isso não acontece em lado nenhum, porque uma coisa é uma empresa municipal, cuja administração são cidadãos nomeados para desempenhar essas tarefas, enquanto que fosse desempenhada pela Câmara, eram eleitos que, através dos seus serviços, eram passíveis sempre de serem, diria, auditados, contestados, contraditados de forma democrática, o que também acontecia numa empresa municipal, como é os Transportes Urbanos de Braga, mas é completamente diferente. E, portanto, isto pode levar a alguns abusos e isso é uma situação que todos nós devemos evitar. Ou seja, por cúmulo disto, vamos supor que a Câmara entendia que a gestão municipal devia ser entregue a uma empresa qualquer, não poderemos aceitar isso. A Câmara tem as suas competências e essas competências têm que ser efetuadas pela Câmara Municipal, para defesa dos seus munícipes, a quem a Câmara Municipal presta contas e esta Assembleia Municipal também fiscaliza. Acho que não é muito correto. Acho que não lhe vou chamar outra coisa, naturalmente, porque não seria correto, também, mas a verdade é que dar esta possibilidade aos Transportes Urbanos de Braga de decidir de qualquer reclamação, feita por qualquer cidadão, que não concorda com alguma multa que lhe seja aplicada, ou com alguma situação que tenha a ver sobre a questão que anteriormente lhe foi delegada, relativamente à fiscalização e à aplicação de multas, não pode ser assim. E, portanto, vamo-nos abster, porque não queremos suspender este processo, mas a verdade é que fica esta reflexão. Não podemos deixar que competências que devem ser feitas pelo Município, possam ser executadas por outra entidade e este é o nosso ponto de vista”. Por fim, registou-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES**, para clarificar que percebia que se tratava de um debate político, onde se poderiam espraiar por várias temáticas, mas o que estava ali em causa, não era se estavam a debater a perspectiva dos Transportes Urbanos

de Braga serem ou não serem a empresa adequada para gerir a questão do estacionamento, para fiscalizar a questão do estacionamento, se isso do ponto de vista político e programático era ou não a opção correta. O que estavam a apreciar era, apenas, a questão de execução de dívidas que, eventualmente, viessem a ocorrer, pelo não pagamento das taxas devidas ao Município e essas taxas seriam sempre devidas, quer aos Transportes Urbanos de Braga, quer ao Município, pelo não pagamento da taxa que era devida pelo estacionamento em zonas de estacionamento de duração limitada e era nisso que se deveriam concentrar. A questão da privatização, que o Deputado António Lima, do Bloco de Esquerda, lhes levou, era uma questão de perspectiva genérica, que poderiam discuti-la, que tinha a sua abrangência, poderiam estar de acordo ou não, mas não se tratava, propriamente, da questão de ser a empresa municipal. Qual era a diferença entre ser o Município ou ser uma empresa municipal? Do ponto de vista prático, estavam a falar do universo municipal, não estavam a privatizar nada. A própria questão de estarem a discutir se, eventualmente, como dizia o Sr. Deputado João Nogueira, que não havia outra empresa no País que fizesse isso, isso também era muito perigoso, tinham que ver em que termos estavam a falar. Estavam a falar de interesses em causa própria? Voltavam à questão, se fosse o Município a fazer isso, “tout court” sem empresas municipais, teria sempre, contraditoriamente, a gerir e a gerar interesses contraditórios, porque também tinham interesse em promover um certo tipo de mobilidade e, ao mesmo tempo, de pressionar para que não houvesse tanto estacionamento irregular. Portanto, julgava que não era nesses termos em que a questão devia ser posta ali. Era uma questão iminentemente mais jurídica, que tinha aquela validação política, porque ela era devida por força da lei, tinha que lá ir, tinham que a discutir, poderiam ter perspectivas diferentes sobre ela, mas quanto ao tema em concreto que estava em

*cima da mesa, era simples, era só se queriam ou não queriam, no fundo, subscrever aquela posição, que devia ser a empresa municipal, a quem estava a cargo a fiscalização e a emissão dos títulos de quitação, quando não era paga a taxa devida, se ela podia ou não podia, por ela, no fundo, proceder à execução fiscal dessas dívidas. Era isso que estavam a discutir nem mais, nem menos. Portanto, desse ponto de vista, achava que todos os contributos eram positivos, mas deveriam centrar-se, para não confundirem sequer a audiência que os estava a ouvir, qual era, no fundo, a perspectiva que deveriam ali defender. Quanto ao PSD, não havia dúvida nenhuma, do ponto de vista processual administrativo de tramitação, fazia todo o sentido que isso fosse concentrado, agora, na empresa municipal Transportes Urbanos de Braga, para que pudesse desencadear o processo, gerir o processo e findar o processo, que findava, obviamente, se chegassem a esses termos, à execução fiscal da dívida gerada pelo não pagamento. Era tão simples como isso. Era nisto que se deveriam centrar. Concordavam com aquela simplificação administrativa e com aquele estreitamento das vias pelas quais se geria todo o processo e não havia mais nada, na sua perspectiva, a discutir, era se estavam de acordo com aquilo ou não, e estavam. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com dezanove abstenções e com sete votos contra**. A SR^a. **PRESIDENTE DA MESA** informou que, de acordo com o decidido na reunião da Comissão de Líderes, dava por concluída aquela sessão, que iria ser retomada numa sessão extraordinária no dia vinte e nove de março. **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:** A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata em minuta, para produzir efeitos imediatos, na parte respeitante aos pontos um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito e nove, de conformidade com o disposto no número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro.*

ENCERRAMENTO: À uma hora, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos desta sessão de dezanove de março de que para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.